

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	12
Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2019 à 31/03/2019	13
Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto	14

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
Balanço Patrimonial Passivo	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	17
Notas Explicativas	29

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	88
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	90
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	91

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	197.467
Preferenciais	0
Total	197.467
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	08/04/2020	Dividendo		Ordinária		1,08333
Assembléia Geral Ordinária	08/04/2020	Dividendo		Ordinária		2,38333

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2020 à 31/03/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
1	Ativo Total	28.693.370	26.469.544
1.01	Ativo Circulante	6.811.334	6.756.098
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.184.359	1.280.195
1.01.02	Aplicações Financeiras	3.490	5.496
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.988	1.978
1.01.02.01.03	Títulos disponíveis para venda	1.988	1.978
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	1.502	3.518
1.01.02.02.01	Títulos disponíveis para venda	1.502	3.518
1.01.03	Contas a Receber	2.602.762	2.664.015
1.01.03.01	Clientes	2.602.762	2.664.015
1.01.03.01.01	Consumidores, concessionárias e permissionárias	2.386.742	2.447.175
1.01.03.01.03	Contas a receber acordos	216.020	216.840
1.01.04	Estoques	22.223	15.830
1.01.04.01	Almoxarifado	22.223	15.830
1.01.06	Tributos a Recuperar	853.030	765.135
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	853.030	765.135
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	71.216	68.086
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	781.814	697.049
1.01.07	Despesas Antecipadas	53.813	33.166
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.091.657	1.992.261
1.01.08.03	Outros	2.091.657	1.992.261
1.01.08.03.03	Outros créditos	267.488	195.581
1.01.08.03.04	Ativo financeiro setorial	1.606.796	1.608.152
1.01.08.03.05	Serviços em curso	192.743	188.528
1.01.08.03.06	Operação com instrumento derivativo	24.630	0
1.02	Ativo Não Circulante	21.882.036	19.713.446
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	17.496.773	15.200.884
1.02.01.04	Contas a Receber	32.916	34.525
1.02.01.04.01	Clientes	23.885	25.920
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	9.031	8.605
1.02.01.07	Tributos Diferidos	4.280.665	4.327.475
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.280.665	4.327.475
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	13.183.192	10.838.884
1.02.01.10.04	Cauções e depósitos vinculados	889.995	808.869
1.02.01.10.06	Outros tributos compensáveis	6.699.211	4.495.140

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2020 à 31/03/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
1.02.01.10.08	Ativo financeiro da concessão	4.645.827	4.532.124
1.02.01.10.09	Outros créditos	45.072	41.713
1.02.01.10.10	Ativo financeiro setorial	330.398	444.594
1.02.01.10.11	Ativo contratual (infraestrutura em construção)	550.865	466.563
1.02.01.10.12	Operação com instrumento derivativo	21.824	49.881
1.02.02	Investimentos	41.250	41.250
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	41.250	41.250
1.02.03	Imobilizado	215.286	230.806
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	215.286	230.806
1.02.03.01.01	Ativo de direito de uso	215.286	230.806
1.02.04	Intangível	4.128.727	4.240.506
1.02.04.01	Intangíveis	4.128.727	4.240.506
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	4.128.727	4.240.506

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2020 à 31/03/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
2	Passivo Total	28.693.370	26.469.544
2.01	Passivo Circulante	6.038.138	6.039.724
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	162.981	134.354
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	162.981	134.354
2.01.02	Fornecedores	1.612.512	1.865.919
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.612.512	1.865.919
2.01.03	Obrigações Fiscais	478.707	515.091
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	90.778	111.739
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	22.204	0
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	68.574	111.739
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	386.314	401.757
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.615	1.595
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	472.578	273.508
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	443.517	230.884
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	11.639	230.884
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	431.878	0
2.01.04.02	Debêntures	29.061	42.624
2.01.05	Outras Obrigações	3.022.446	2.902.366
2.01.05.02	Outros	3.022.446	2.902.366
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	214.052	214.054
2.01.05.02.04	Subvenções Governamentais	3.094	3.273
2.01.05.02.06	Encargos Setoriais	393.014	419.534
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	332.491	295.140
2.01.05.02.09	Passivo financeiro setorial	980.097	957.969
2.01.05.02.10	Reserva de Reversão	7.342	7.342
2.01.05.02.11	Obrigações com Benefícios pós-emprego	10.998	12.358
2.01.05.02.12	Contas a pagar - acordo Eletrobras	345.395	342.811
2.01.05.02.13	Obrigações por arrendamento	70.914	69.848
2.01.05.02.14	Operação com instrumento derivativo	3.011	1.274
2.01.05.02.15	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	662.038	578.763
2.01.06	Provisões	288.914	348.486
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	286.430	345.546
2.01.06.01.05	Provisão para processos judiciais e outros	286.430	345.546
2.01.06.02	Outras Provisões	2.484	2.940
2.01.06.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	2.484	2.940
2.02	Passivo Não Circulante	18.555.359	16.460.604
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.624.800	3.613.904
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	40.582	43.539

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2020 à 31/03/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	40.582	43.539
2.02.01.02	Debêntures	3.584.218	3.570.365
2.02.02	Outras Obrigações	14.280.160	12.273.094
2.02.02.02	Outros	14.280.160	12.273.094
2.02.02.02.05	Subvenções Governamentais	4.516	5.215
2.02.02.02.07	Obrigações com Benefícios pós-emprego	5.879.643	5.982.423
2.02.02.02.09	Encargos Setoriais	35.638	34.553
2.02.02.02.11	Reserva de Reversão	42.221	44.056
2.02.02.02.12	Outras Obrigações	63.390	77.597
2.02.02.02.13	Passivo financeiro setorial	443.112	522.128
2.02.02.02.14	Contas a pagar - acordo Eletrobras	1.032.641	1.019.775
2.02.02.02.15	Obrigações por arrendamentos	176.954	192.034
2.02.02.02.16	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	6.602.045	4.395.313
2.02.04	Provisões	650.399	573.606
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	647.951	571.158
2.02.04.01.05	Provisão para processos judiciais e outros	647.951	571.158
2.02.04.02	Outras Provisões	2.448	2.448
2.02.04.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	2.448	2.448
2.03	Patrimônio Líquido	4.099.873	3.969.216
2.03.01	Capital Social Realizado	3.079.525	3.079.525
2.03.02	Reservas de Capital	2.268.430	2.268.430
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	2.267.883	2.267.883
2.03.02.07	Outras reservas	547	547
2.03.04	Reservas de Lucros	838.532	838.532
2.03.04.01	Reserva Legal	196.766	196.766
2.03.04.02	Reserva Estatutária	171.137	171.137
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	470.629	470.629
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	172.472	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	799.443	816.684
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-3.058.529	-3.033.955

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.663.110	3.467.915
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.297.496	-3.229.061
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-1.951.002	-1.982.485
3.02.02	Energia Elétrica Comprada para Revenda - PROINFA	-52.184	-75.096
3.02.03	Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	-413.179	-364.279
3.02.07	Pessoal e Administradores	-184.062	-195.483
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-6.186	-5.655
3.02.09	Serviços de Terceiros	-151.277	-125.715
3.02.10	Material	-27.696	-13.734
3.02.11	Custo de Construção	-202.061	-198.605
3.02.12	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Líquida	-104.108	-67.135
3.02.13	Provisão para Processos Judiciais e Outros, Líquida	-25.033	-18.351
3.02.16	Depreciação e Amortização	-167.005	-160.160
3.02.17	Outras Receitas e Despesas Operacionais	-13.703	-22.363
3.03	Resultado Bruto	365.614	238.854
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	365.614	238.854
3.06	Resultado Financeiro	-128.709	-163.731
3.06.01	Receitas Financeiras	76.164	72.161
3.06.02	Despesas Financeiras	-204.873	-235.892
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-203.463	-235.930
3.06.02.02	Variações Cambiais, Líquidas	-1.410	38
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	236.905	75.123
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-81.674	-6.072
3.08.01	Corrente	-22.204	22.287
3.08.02	Diferido	-59.470	-28.359
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	155.231	69.051
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	155.231	69.051
3.99.01.01	ON	0,78611	0,3497

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	155.231	69.051
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-24.574	0
4.02.06	Valor justo de hedge de fluxo de caixa	-37.234	0
4.02.07	Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	12.660	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	130.657	69.051

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	24.329	395.537
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	669.697	505.492
6.01.01.01	Lucro líquido do período	155.231	69.051
6.01.01.02	Depreciação e amortização	167.005	160.160
6.01.01.05	Variações monetárias	21.229	-13.131
6.01.01.06	Atualização do ativo financeiro da concessão	-43.754	-50.166
6.01.01.07	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	104.215	68.292
6.01.01.08	Provisão para processos judiciais e outros, líquida	17.377	28.114
6.01.01.09	Atualização Acordo Eletrobras	17.194	28.150
6.01.01.10	Custo de empréstimos e Debêntures (encargos de dívidas)	78.156	73.579
6.01.01.11	Benefícios pós-emprego	111.763	88.334
6.01.01.12	Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	-353	-399
6.01.01.13	Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	8.762	18.417
6.01.01.14	Tributos e contribuições sociais diferidos	59.470	28.359
6.01.01.16	Juros sobre obrigações de arrendamento	5.473	6.732
6.01.01.17	Juros sobre operação com instrumento derivativo	-32.071	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-344.587	139.534
6.01.02.01	Consumidores, revendedores e outros	-23.763	-85.871
6.01.02.02	Contas a receber - acordos	-16.520	-33.723
6.01.02.03	Almoxarifado	-6.393	-1.524
6.01.02.04	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	47	-22.282
6.01.02.05	Outros tributos compensáveis	-2.288.836	20.672
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	-20.647	-10.572
6.01.02.08	Outros créditos	-52.919	26.719
6.01.02.09	Ativo financeiro setorial	115.552	42.596
6.01.02.10	Obrigações sociais e trabalhistas	28.627	-19.651
6.01.02.11	Fornecedores	-270.437	314.728

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social a pagar	22.204	0
6.01.02.13	Outros tributos a pagar	-58.588	1.782
6.01.02.14	Passivo financeiro setorial	-56.888	-124.271
6.01.02.15	Serviços em curso	-4.215	-6.046
6.01.02.16	Encargos setoriais	-23.127	17.588
6.01.02.19	Outras obrigações	21.309	19.389
6.01.02.20	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	2.290.007	0
6.01.03	Outros	-300.781	-249.489
6.01.03.01	Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	-59.392	-103.709
6.01.03.02	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-2.867	-3.748
6.01.03.03	Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	-215.903	-117.127
6.01.03.04	Pagamento de processos judiciais e outros	-15.434	-22.616
6.01.03.05	Juros resgatados de investimentos de curto prazo	78	20
6.01.03.06	Pagamento de juros de obrigações por arrendamento financeiro	-5.519	-2.309
6.01.03.08	Pagamento de contas a pagar - acordo Eletrobras	-1.744	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-296.519	-265.198
6.02.01	Adições para ativo contratual e intangível da concessão	-200.197	-220.336
6.02.02	Consumidores participação financeira	14.507	10.067
6.02.03	Aplicações em investimento de curto prazo	-31.511	-28
6.02.04	Resgates de investimento de curto prazo	33.744	1.107
6.02.05	Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	-113.822	-56.555
6.02.07	Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível	760	547
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	176.354	487.290
6.03.01	Ingresso de novos empréstimos e debêntures	409.997	500.000
6.03.02	Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	-219.673	-5.174
6.03.03	Custo de empréstimos e Debêntures (custos de transação e prêmios)	0	-758
6.03.04	Pagamento de obrigações por arrendamento financeiro	-13.968	-6.778

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
6.03.07	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-2	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-95.836	617.629
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.280.195	936.678
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.184.359	1.554.307

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.079.525	2.268.430	838.532	0	-2.217.271	3.969.216
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.079.525	2.268.430	838.532	0	-2.217.271	3.969.216
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	155.231	-24.574	130.657
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	155.231	0	155.231
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-24.574	-24.574
5.05.02.10	Valor justo de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	-37.234	-37.234
5.05.02.11	Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	12.660	12.660
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	17.241	-17.241	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	26.123	-26.123	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-8.882	8.882	0
5.07	Saldos Finais	3.079.525	2.268.430	838.532	172.472	-2.259.086	4.099.873

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.823.486	642.234	196.766	0	-781.506	2.880.980
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.823.486	642.234	196.766	0	-781.506	2.880.980
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	69.051	0	69.051
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	69.051	0	69.051
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	18.793	-18.793	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	28.475	-28.475	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-9.682	9.682	0
5.07	Saldos Finais	2.823.486	642.234	196.766	87.844	-800.299	2.950.031

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
7.01	Receitas	5.704.899	5.754.901
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.735.562	3.045.326
7.01.02	Outras Receitas	2.871.384	2.578.105
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	202.061	198.605
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-104.108	-67.135
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.033.633	-3.001.920
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.650.939	-2.659.525
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-354.645	-313.372
7.02.04	Outros	-28.049	-29.023
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.671.266	2.752.981
7.04	Retenções	-167.005	-160.160
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-167.005	-160.160
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.504.261	2.592.821
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	76.164	72.161
7.06.02	Receitas Financeiras	76.164	72.161
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.580.425	2.664.982
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.580.425	2.664.982
7.08.01	Pessoal	193.619	196.198
7.08.01.01	Remuneração Direta	129.176	132.887
7.08.01.02	Benefícios	56.564	55.615
7.08.01.03	F.G.T.S.	7.879	7.696
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.024.089	2.158.677
7.08.02.01	Federais	980.772	1.106.533
7.08.02.02	Estaduais	1.035.459	1.040.979
7.08.02.03	Municipais	7.858	11.165
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	207.486	241.056
7.08.03.01	Juros	203.463	235.892
7.08.03.02	Aluguéis	4.023	5.164
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	155.231	69.051
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	155.231	69.051

(Reais Mil)

Código da
Conta Descrição da Conta

Trimestre Atual
01/01/0001 à 01/01/0001

(Reais Mil)

Código da
Conta Descrição da Conta

Trimestre Atual
01/01/0001 à 01/01/0001



São Paulo, 30 de abril de 2020 – Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo (“ENEL DISTRIBUIÇÃO SÃO PAULO”), distribuidora de energia elétrica que atende 24 municípios paulistas (18 milhões de habitantes) divulga seus resultados do primeiro trimestre de 2020 (“1T20”). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas de acordo com a legislação brasileira aplicável e vigente.

1 DESTAQUES

DESTAQUES NO PERÍODO

	1T20	1T19	Var. %	4T19	Var. % (1)
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)	10.670.247	11.172.730	-4,5%	10.918.071	-2,3%
Receita Bruta (R\$ mil)	5.809.007	5.822.036	-0,2%	6.351.666	-8,5%
Receita Líquida (R\$ mil)	3.663.110	3.467.915	5,6%	4.017.322	-8,8%
EBITDA (R\$ mil)	532.619	399.014	33,5%	796.012	-33,1%
Margem EBITDA (%)	14,5%	11,5%	+8,2 p.p.	19,8%	+5,5 p.p.
Margem EBITDA ex-Receita de Construção (%)	15,4%	12,2%	+8,4 p.p.	20,7%	+5,8 p.p.
EBIT (R\$ mil)	365.614	238.854	53,1%	502.764	-27,3%
Margem EBIT (%)	10,0%	6,9%	+10,6 p.p.	12,5%	+9,2 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mil)	155.231	69.051	124,8%	231.006	-32,8%
Margem Líquida (%)	4,2%	2,0%	+8,8 p.p.	5,8%	-26,3%
Margem Líquida ex-Receita de Construção (%)	4,5%	2,1%	+9,3 p.p.	6,0%	-25,5%
CAPEX (R\$ mil)	201.288	220.316	-8,6%	228.669	-12,0%
DEC - horas (12 meses)	5,69	7,86	-27,6%	6,44	-11,6%
FEC - vezes (12 meses)	3,21	4,53	-29,1%	3,71	-13,5%
Índice de Arrecadação (YTD)	96,85%	99,97%	-3,1 p.p.	99,6%	-2,76 p.p.
Perdas de Energia (12 meses)	9,77%	9,47%	0,3 p.p.	9,69%	0,08 p.p.
Nº de Consumidores (2)	7.363.447	7.245.012	1,6%	7.315.100	0,7%
Nº de Colaboradores Próprios (3)	6.326	6.827	-7,3%	6.468	-2,2%
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	418	499	-16,2%	458	-8,8%
PMSO (4) /Consumidor	52,0	50,1	3,8%	30,1	72,9%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	288	324	-10,9%	307	-6,0%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	25.537	22.395	14,0%	23.835	7,1%

(1) Variação entre 1T20 e 4T19 (2) Unidades Faturadas | (3) Número total excluindo menores aprendizes, estagiários e conselheiros | (4) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Operacional

- Melhora de 27,6% do DEC no 1T20 para 5,69 horas, em comparação ao registrado no 1T19 (7,86 horas), dentro do limite regulatório global de 7,38 horas;
- Melhora no FEC de 29,1% no 1T20, totalizando 3,21 vezes, em comparação a 4,53 vezes registrado no 1T19, também dentro do limite regulatório global, de 5,13 vezes;

Mercado e Comercial

- Mercado total registrou contração de 4,5% no 1T20, em comparação ao 1T19, com redução do mercado cativo em 7,3%.

Regulatório

- Em 10 de março de 2020 a ANEEL aprovou revisão da metodologia de cálculo do WACC para o setor de distribuição. No caso da Companhia, a nova metodologia será aplicada a partir da Revisão Tarifária de 2023.

Financeiro

- EBITDA de R\$ 532,6 milhões no 1T20, 33,5% superior em relação ao registrado no mesmo período do ano anterior (R\$ 399,1 milhões).
- Lucro líquido de R\$ 155,2 milhões no 1T20, ante um lucro líquido de R\$ 69,1 milhões registrado no 1T19.



2 **PERFIL CORPORATIVO**

Área de Concessão

DADOS GERAIS

	1T20	1T19	Var. %
Área de Concessão (Km ²)	4.526	4.526	0,0%
Municípios (Qtde.)	24	24	0,0%
Habitantes (Qtde.) (1)	18.170.745	18.046.018	0,7%
Consumidores (Unid.)	7.363.447	7.245.012	1,6%
Linhas de Distribuição (Km)	42.005	41.854	0,4%
Linhas de Transmissão (Km)	1.825	1.830	-0,3%
Subestações (Unid.)	162	162	0,0%
Volume de Energia 12 meses (GWh)	42.784	43.348	-1,3%
Marketshare no Brasil - N° de Clientes (2)	8,62%	8,74%	-0,1 p.p.
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (3)	8,89%	9,12%	-0,2 p.p.

(1) Para ambos os trimestres foi utilizado o censo IBGE 2010 com projeção de população oficial
 (2) Estimativa do número de Consumidores Brasil de acordo com ABRADÉE
 (3) Volume de Energia do Brasil de acordo com Empresa de Pesquisa Econômica - EPE

- 1 Pirapora do Bom Jesus
- 2 Cajamar
- 3 Santana de Parnaíba
- 4 Barueri
- 5 Osasco
- 6 Carapicuíba
- 7 Jandira
- 8 Itapevi
- 9 Vargem Grande Paulista
- 10 Cotia
- 11 Taboão da Serra
- 12 Embu das Artes
- 13 Itapequerica da Serra
- 14 São Lourenço da Serra
- 15 Embu-Guaçu
- 16 Juquitiba
- 17 São Paulo
- 18 Diadema
- 19 São Caetano do Sul
- 20 São Bernardo do Campo
- 21 Santo André
- 22 Rio Grande da Serra
- 23 Ribeirão Pires
- 24 Mauá

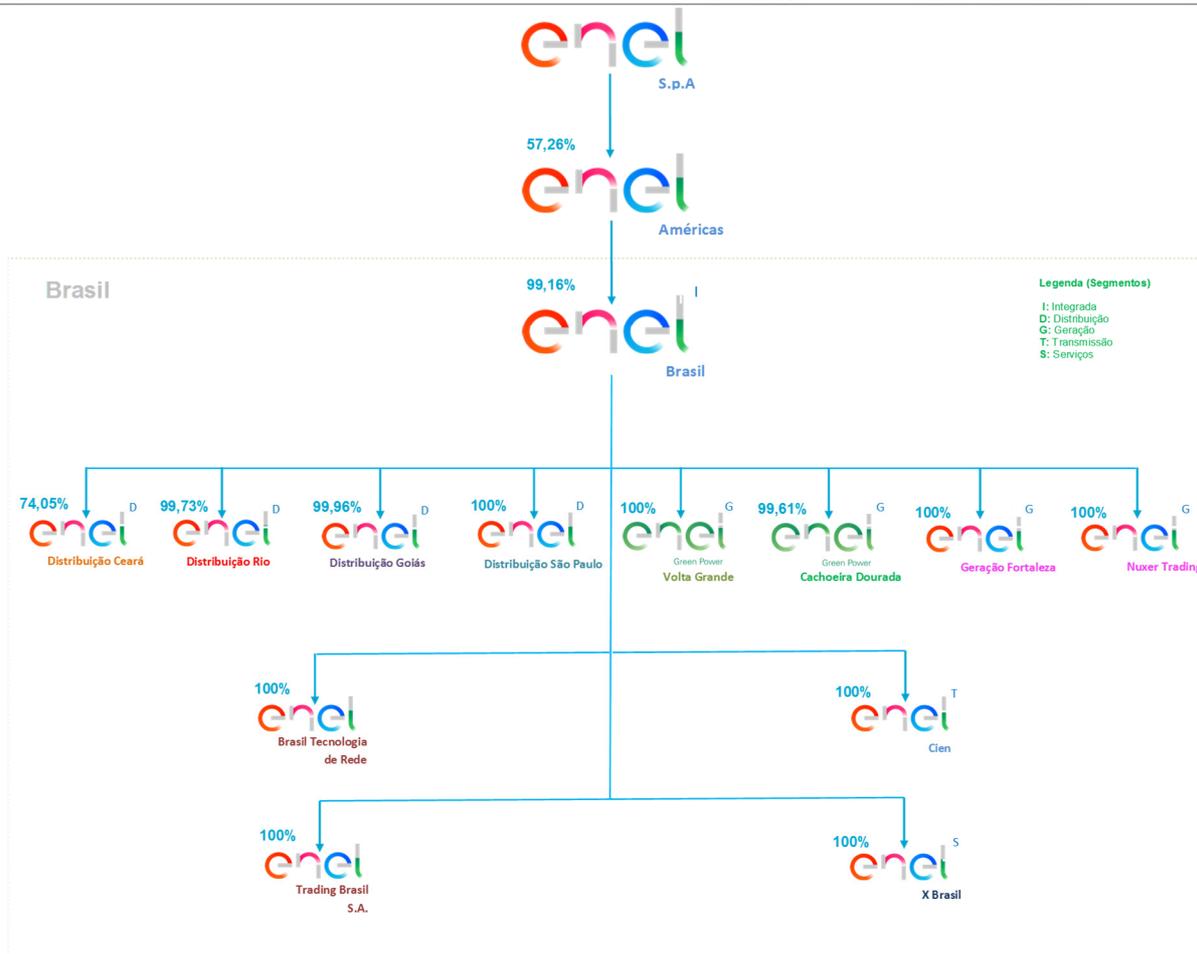


A Enel Distribuição São Paulo é a maior distribuidora de energia elétrica do Brasil em volume de energia vendida, estando presente em 24 cidades da região metropolitana de São Paulo, incluindo a capital paulista, um dos principais centros econômico-financeiros do país. A área de concessão, de 4.526 km², com 1.627 unidades consumidoras faturadas por km².

Estrutura de Controle e Organograma Societário Simplificado

ESTRUTURA DE CONTROLE

	ON	%	TOTAL	%
Enel Brasil S.A	197.466.862	100%	197.466.862	100%
Total	197.466.862	100%	197.466.862	100%





Mercado de Energia

Crescimento do Mercado

NÚMERO DE CONSUMIDORES

	1T20	1T19	Var. %	4T19	Var. % (1)
Mercado Cativo	7.361.764	7.243.660	1,6%	7.313.528	0,7%
Residencial	6.905.409	6.795.158	1,6%	6.858.422	0,7%
Industrial	25.676	25.964	-1,1%	25.968	-1,1%
Comercial	410.048	403.599	1,6%	408.622	0,3%
Rural	570	564	1,1%	566	0,7%
Setor Público	20.061	18.375	9,2%	19.950	0,6%
Clientes Livres	1.683	1.352	24,5%	1.572	7,1%
Industrial	479	415	15,4%	465	3,0%
Comercial	1.154	890	29,7%	1.058	9,1%
Setor Público	43	40	7,5%	42	2,4%
Cias Energéticas	7	7	0,0%	7	0,0%
Total - Número de Consumidores (faturados)	7.363.447	7.245.012	1,6%	7.315.100	0,7%

(1) Variação entre 1T20 e 4T19

A Companhia encerrou o 1T20 com um incremento de 1,6% no número de unidades consumidoras faturadas em relação ao registrado no 1T19. Destaca-se o acréscimo na classe residencial, com mais 110.251 novas unidades consumidoras faturadas.

Venda de Energia na Área de Concessão¹

A venda de energia na área de concessão da Enel Distribuição São Paulo, conforme demonstrado na tabela a seguir, encerrou o 1T20 em 10.670 GWh, redução de 4,5% em relação ao 1T19.

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWh)

	1T20	1T19	Var. %	4T19	Var. % (1)
Mercado Cativo	7.850	8.470	-7,3%	8.091	-3,0%
Clientes Livres	2.820	2.703	4,3%	2.827	-0,3%
Total - Venda e Transporte de Energia	10.670	11.173	-4,5%	10.918	-2,3%

(1) Variação entre 1T20 e 4T19

Mercado Cativo

O mercado cativo somou 7.850 GWh no 1T20, o que correspondeu a uma redução de 7,3% comparado ao 1T19. Essa variação explica-se pelos fatores climáticos, com temperaturas abaixo da média histórica e o fevereiro mais chuvoso dos últimos 77 anos², além da aplicação de medidas de restrição de atividade e circulação de pessoas, aplicadas a partir da segunda metade do mês de março. Contribuíram também os efeitos da migração de clientes do Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) para o Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), com impacto líquido desfavorável de 67 GWh.

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWh)

	1T20	1T19	Var. %	4T19	Var. % (1)
Residencial	4.050	4.220	-4,0%	4.076	-0,6%
Industrial	624	733	-14,9%	731	-14,6%
Comercial	2.580	2.881	-10,4%	2.657	-2,9%
Rural	8	8	-2,8%	8	-0,5%
Setor Público	588	627	-6,2%	619	-5,1%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	7.850	8.470	-7,3%	8.091	-3,0%

(1) Variação entre 1T20 e 4T19

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA NO MERCADO CATIVO (KWh/CONSUMIDOR)

	1T20	1T19	Var. %	4T19	Var. % (1)
Residencial	586	621	-5,6%	594	-1,3%
Industrial	24.316	28.245	-13,9%	28.138	-13,6%
Comercial	6.292	7.138	-11,8%	6.501	-3,2%
Rural	14.225	14.794	-3,9%	14.397	-1,2%
Setor Público	29.307	34.124	-14,1%	31.052	-5,6%
Total - Venda per Capita no Mercado Cativo	1.066	1.169	-8,8%	1.106	-3,6%

(1) Variação entre 1T20 e 4T19

¹ Não Inclui Consumo Próprio² Instituto Nacional de Meteorologia – INMET



Clientes Livres

O mercado faturado dos clientes livres foi de 2.820 GWh no 1T20, um aumento de 4,3% quando comparado ao 1T19, reflexo, principalmente, da migração de clientes para o mercado livre. No 1T20, entre migrações ao ACL, retornos ao ACR e novos clientes, foram adicionadas 164 unidades ao faturamento do ACL, totalizando 1.770 unidades no 1T20. Isso resultou em um acréscimo de 67 GWh nesse mercado.

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWh)

	1T20	1T19	Var. %	4T19	Var. % (1)
Industrial	1.251	1.226	2,0%	1.353	-7,5%
Comercial	1.152	1.052	9,5%	1.072	7,4%
Setor Público	418	425	-1,7%	402	3,9%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres	2.820	2.703	4,3%	2.827	-0,3%

(1) Variação entre 1T20 e 4T19

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWh/CONSUMIDOR)

	1T20	1T19	Var. %	4T19	Var. % (1)
Industrial	2.611	2.954	-11,6%	2.909	-10,2%
Comercial	998	1.182	-15,6%	1.014	-1,5%
Setor Público (3)	8.351	9.043	-7,6%	8.204	1,8%
Média - Transporte per Capita para Clientes Livres	1.676	1.999	-16,2%	1.759	-4,8%

(1) Variação entre 1T20 e 4T19

Compra de Energia

FONTES DE COMPRA DE ENERGIA (GWh)

	1T20	1T19	Var. %	4T19	Var. % (1)
Itaipu	2.069	2.107	-1,8%	2.190	-5,5%
Leilão (2)	6.951	7.278	-4,5%	6.123	13,5%
Angra 1 e 2	386	397	-2,8%	405	-4,8%
Proinfa	797	185	331,2%	214	273,2%
Total - Compra de Energia	10.203	9.967	2,4%	8.932	14,2%

(1) Variação entre 1T20 e 4T19 (2) Inclui Leilão CCEAR, Compra CCEE e Quotas de garantia física

BALANÇO DE ENERGIA (GWh)

	1T20	1T19	Var. %	4T19	Var. % (1)
Energia Consumida (GWh)	10.670	11.173	-4,5%	10.308	3,5%
Residencial	4.050	4.220	-4,0%	4.076	-0,6%
Industrial	624	733	-14,9%	731	-14,6%
Comercial	2.580	2.881	-10,4%	2.657	-2,9%
Rural	8	8	-2,8%	8	-0,5%
Setor público	588	627	-6,2%	619	-5,1%
Clientes Livres	2.820	2.703	4,3%	2.827	-0,3%
Perdas na Distribuição - Sistema Enel SP (GWh)	2.348	1.127	108,3%	1.168	101,0%
Perdas na Distribuição - Sistema Enel SP (%)	9,77%	9,47%	0,3 p.p.	9,7%	0,8%

(1) Variação entre 1T20 e 4T19

Indicadores Operacionais

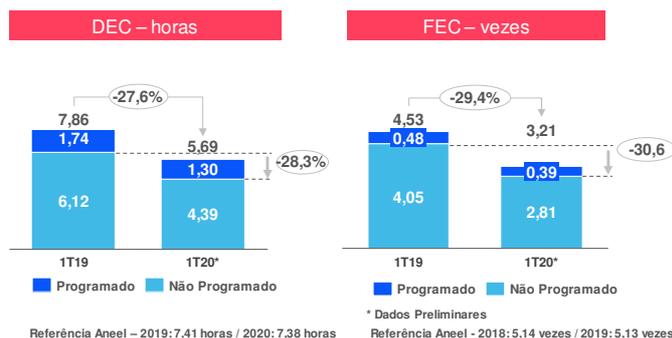
INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE

	1T20	1T19	Var. %	4T19	Var. % (1)
DEC - horas (12 meses)	5,69	7,86	-27,6%	6,44	-11,6%
FEC - vezes (12 meses)	3,21	4,53	-29,1%	3,71	-13,5%
Perdas de Energia (12 meses) (%)	9,77%	9,47%	0,3 p.p.	9,69%	0,1 p.p.
Índice de Arrecadação (YTD) (%)	96,9%	100,0%	-3,1%	99,6%	-2,8%
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	418	499	-16,2%	458	-8,8%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	288	324	-10,9%	307	-6,0%
PMSO (2) / Consumidor	52,0	50,1	3,8%	45,6	14,1%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	25.537	22.395	14,0%	23.835	7,1%

(1) Variação entre 1T20 e 4T19 (2) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Qualidade do Fornecimento

Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia.



No 1T20, os indicadores DEC e FEC seguiram registrando expressiva evolução quando comparados ao mesmo período do ano anterior. Esta variação é explicada, principalmente, pelos sucessivos investimentos em tecnologia de rede ao longo dos últimos anos, com foco em automação da rede, monitoramento digital e gestão suportados por ferramentas de *Analytics* e *Big Data*. O DEC e o FEC permanecem dentro dos limites regulatórios globais para o ano de

2020, como reflexo do plano de ações implementado pela Companhia.

Disciplina de Mercado (Perdas)³

As perdas totais apuradas nos últimos 12 meses foram de 9,77%, divididas entre perdas técnicas (5,13%) e não técnicas (4,64%). Em comparação ao 1T19, as perdas totais apresentaram aumento de 0,30 p.p., decorrente da alocação momentânea de equipes de perdas para auxílio no atendimento de ocorrências de emergência, em especial devido fortes chuvas registradas no início do ano.

A Companhia tem intensificado suas ações de combate às perdas comerciais por meio dos programas de: Inspeções de Fraude; Recuperação de Instalações Cortadas; e Regularização de Ligações Informais. Para os segmentos de baixa renda, o programa de mapeamento e recadastramento na Tarifa Social de Energia Elétrica das famílias que possuem o perfil previsto na atual legislação. No 1T20, aproximadamente 507,6 mil clientes foram beneficiados com este programa.



Arrecadação

O índice de arrecadação da Companhia atingiu 96,85% no 1T20 contra 99,97% do mesmo período do ano anterior. De forma a melhorar seu índice de arrecadação, a Companhia tem realizado diversas ações para reduzir os níveis de inadimplência, como o envio massivo de SMS e e-mails das faturas em atraso, reforçando os canais digitais de pagamento e os canais presenciais ainda disponíveis (como supermercados e farmácias). Devido as medidas aplicadas pela ANEEL no contexto do Covid-19, a Companhia não está realizando suspensão de fornecimento de energia para clientes residenciais.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultado

PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL)

	1T20	1T19	Var. %	4T19	Var. % (1)
Receita Operacional Bruta	5.809.007	5.822.036	-0,2%	6.351.666	-8,5%
Deduções à Receita Operacional	(2.145.897)	(2.354.121)	-8,8%	(2.334.344)	-8,1%
Receita Operacional Líquida	3.663.110	3.467.915	5,6%	4.017.322	-8,8%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais (2)	(3.297.496)	(3.229.061)	2,1%	(3.514.558)	-6,2%
EBITDA	532.619	399.014	33,5%	796.012	-33,1%
Margem EBITDA	14,5%	11,5%	26,4%	19,8%	-26,6%
EBIT	365.614	238.854	53,1%	502.764	-27,3%
Margem EBIT	10,0%	6,9%	44,9%	12,5%	-20,2%
Resultado Financeiro	(128.709)	(163.731)	-21,4%	(148.313)	-13,2%
Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros	(81.674)	(6.072)	1245,1%	(123.445)	-33,8%
Lucro (Prejuízo) Líquido	155.231	69.051	124,8%	231.006	-32,8%
Margem Líquida	4,2%	2,0%	112,8%	5,8%	-26,3%
Margem Líquida ex-Receita de Construção	4,5%	2,1%	112,4%	6,0%	-25,5%
Lucro (Prejuízo) por Ação (R\$/ação)	0,79	0,42	88,7%	1,17	-0,33

(1) Variação entre 1T20 e 4T19 | (2) Não considera depreciação e amortização e custo de construção

³ Perdas Técnicas: Valores calculados pela Companhia para torná-los comparáveis ao referencial para perdas não técnicas sobre o mercado de baixa tensão determinado pela ANEEL. Referência Aneel: Referência de perdas para o ano regulatório normalizada para o ano civil.



Receita Operacional Bruta

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (R\$ MIL)

	1T20	1T19	Var. %	4T19	Var. % (1)
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	2.735.562	3.045.326	-10,2%	3.028.854	-9,7%
Disponibilidade do Sistema - TUSD (Livre)	446.255	329.701	35,4%	433.438	3,0%
Disponibilidade do Sistema - TUSD (Cativo)	2.377.085	2.123.296	12,0%	2.432.546	-2,3%
(-) DIC / FIC / DMC / DICRI	(15.483)	(17.683)	-12,4%	(7.161)	116,2%
Receita de Construção	202.061	198.605	1,7%	180.669	11,8%
Outras Receitas Originadas de Contratos com Clientes	(83.356)	(88.940)	-6,3%	160.122	-152,1%
Total - Outras Receitas Originadas com Clientes	2.926.562	2.544.979	15,0%	3.199.614	-8,5%
Subvenção de Recursos da CDE	95.278	89.381	6,6%	100.450	-5,1%
Ativo Financeiro Setorial, Líquido	7.851	92.184	-91,5%	(161.086)	-104,9%
Atualização do Ativo Financeiro da Concessão	43.754	50.166	-12,8%	183.834	-76,2%
Total - Outras Receitas	146.883	231.731	-36,6%	123.198	19,2%
Total - Receita Operacional Bruta	5.809.007	5.822.036	-0,2%	6.351.666	-8,5%

(1) Variação entre 1T20 e 4T19

A receita operacional bruta da Enel Distribuição São Paulo totalizou R\$ 5.809 milhões no 1T20, apresentando uma redução de 0,2% quando comparada ao 1T19. Esta variação é explicada, principalmente, por:

- I. redução de (i) R\$ 309,8 milhões devido à menor receita de fornecimento de energia elétrica no mercado cativo, principalmente nos segmentos industrial e comercial; (ii) 84,3 milhões devido ao menor ativo e passivo financeiro setorial no período;
- II. aumento de (i) R\$ 253 milhões na receita pela disponibilidade do sistema aos consumidores cativos – TUDS (Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição); e (ii) R\$ 116 milhões oriundas da TUSD paga pelos consumidores livres, reflexo da migração de clientes.

Deduções da Receita

DEDUÇÕES DA RECEITA (R\$ MIL)

	1T20	1T19	Var. %	4T19	Var. % (1)
ICMS	(1.033.411)	(1.039.205)	-0,6%	(1.097.276)	-5,8%
PIS	(80.596)	(93.330)	-13,6%	(99.660)	-19,1%
COFINS	(371.455)	(430.270)	-13,7%	(459.331)	-19,1%
ISS	(46)	(47)	-2,1%	(44)	4,5%
Total - Tributos	(1.485.508)	(1.562.852)	-4,9%	(1.656.311)	-10,3%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(33.929)	(32.052)	5,9%	(36.083)	-6,0%
Encargo Setorial CDE (2)	(559.887)	(733.719)	-23,7%	(425.000)	31,7%
TFSEE (3)	(4.738)	(3.433)	38,0%	(4.738)	0,0%
Encargos do consumidor - PROINFA	(26.172)	(21.924)	19,4%	(25.957)	0,8%
Encargos do consumidor - CCRBT (4)	(35.663)	(141)	n.a.	(186.255)	-80,9%
Total - Encargos Setoriais	(660.389)	(791.269)	-16,5%	(678.033)	-10,3%
Total - Deduções da Receita	(2.145.897)	(2.354.121)	-8,8%	(2.334.344)	-8,1%

(1) Variação entre 1T20 e 4T19 | (2) Conta de Desenvolvimento Energético | (3) Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica | (4) Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeira Tarifária

As deduções totalizaram R\$ 2.145,9 milhões no 1T20, uma redução de 8,8% em relação ao apresentado no mesmo período do ano anterior, em linha com a variação da Receita da Companhia. Esse desempenho é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores: (i) redução de R\$ 173,8 milhões na rubrica de encargo CDE, em razão, principalmente, do fim da vigência da obrigação de pagamento das quotas conforme Resolução Homologatória N° 2.521/2019; e (ii) menor recolhimento de ICMS, PIS/COFINS e ISS, no valor total de R\$ 77,3 milhões, em linha com o menor faturamento no período.

Custos e Despesas operacionais

CUSTO DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	1T20	1T19	Var. %	4T19	Var. % (1)
Parcela A					
Energia Elétrica Comprada para Revenda - inclui PROINFA	(2.003.186)	(2.057.581)	-2,6%	(2.204.333)	-9,1%
Encargos do Serviços dos Sistemas de Transmissão e Distribuição	(413.179)	(364.279)	13,4%	(417.676)	-1,1%
Total - Não Gerenciáveis	(2.416.365)	(2.421.860)	-0,2%	(2.622.009)	-7,8%
Despesas Operacionais					
Pessoal	(184.062)	(195.483)	-5,8%	(174.868)	5,3%
Previdência Privada	(6.186)	(5.655)	9,4%	(7.489)	-17,4%
Serviços de Terceiros	(151.277)	(125.715)	20,3%	(113.513)	33,3%
Material	(27.696)	(13.734)	101,7%	(14.169)	95,5%
Depreciação e Amortização	(167.005)	(160.160)	4,3%	(293.248)	-43,0%
PECLD (2)	(104.108)	(67.135)	55,1%	(47.047)	121,3%
Custo de Construção	(202.061)	(198.605)	1,7%	(180.669)	11,8%
Provisão para processos judiciais e outros	(25.033)	(18.351)	36,4%	(21.742)	15,1%
Outras Despesas Operacionais		(22.363)	-38,7%	(23.452)	-41,6%
Total - Despesas Operacionais (3)	(512.065)	(448.436)	14,2%	(402.280)	27,3%
Total - Custos do Serviço e Despesas Operacionais (3)	(2.928.430)	(2.870.296)	2,0%	(2.910.776)	0,6%

(1) Variação entre 1T20 e 4T19 | (2) Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa | (3) Não considera Custo de Construção e Depreciação e Amortização



Os custos e despesas operacionais da Enel Distribuição São Paulo totalizaram R\$ 2.928,4 milhões no 1T20, um aumento de 2% em relação ao 1T19. Esses efeitos são resultado principalmente, das seguintes variações:

Redução nos custos e despesas não-gerenciáveis (Parcela A), de R\$ 5,5 milhões:

Os custos não gerenciáveis totalizaram R\$ 2.416 milhões no 1T20, uma redução de 0,2% em comparação ao 1T19 (R\$ 2.421,9 milhões), permanecendo em linha com o valor registrado no mesmo período do ano anterior. As principais variações devem-se, sobretudo aos seguintes fatores:

- Custo com Energia Elétrica Comprada para Revenda: redução de 2,6% ou R\$ 54,4 milhões no 1T20, em comparação ao 1T19, decorrente, principalmente, (i) do impacto positivo por redução com compra de energia (CCEE, CCEAR e Cotas), e (ii) redução nos custos com ressarcimento de leilões de energia. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo (iii) aumento no custo com compra de energia de Itaipu, por conta, principalmente, da desvalorização cambial;
- Custo com Encargos do Serviço dos Sistemas de Transmissão e Distribuição: aumento de 13,4% ou R\$ 48,9 milhões, em comparação ao 1T19, decorrente, principalmente, (i) aumento de 6% em encargos do uso da rede básica; e (ii) ajuste de alívio retroativo, abatido no 1T20; parcialmente compensados pela (iii) diminuição dos custos com Encargos do Uso do Sistema (ESS, EER).

Aumento no grupo de despesas operacionais, de R\$ 73,9 milhões:

No 1T20, as despesas operacionais, registraram um incremento de 9,2% em comparação ao 1T19, incluindo custo de construção e depreciação e amortização. Esse aumento deve-se, principalmente a:

- Maior custo com materiais e serviços de terceiros, em R\$ 39,5 milhões, em decorrência, principalmente, do aumento no volume de serviços frente as fortes chuvas registradas no 1T20, além da aquisição de equipamentos de proteção individual para colaboradores, como máscaras, no contexto do COVID-19;
- Aumento de despesas com PECLD, no valor de R\$ 37 milhões, decorrente do agravamento do contexto econômico, mitigado pelos esforços da Companhia aplicados no combate à inadimplência;
- Aumento no impacto de litígios e contingências, em R\$ 6,7 milhões, parcialmente atenuado pela redução de processos trabalhistas registradas no período.

Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

- Menor custo com pessoal e encargos no total de R\$ 10,9 milhões em comparação ao 1T19, derivado, sobretudo, do efeito positivo obtido com o programa de saída voluntária ("PSV") concluído em 2019;
- Menores custos com outras despesas operacionais em R\$ 8,7 milhões, devido, principalmente, à redução com perdas por desativação de bens e direitos,

EBITDA

Segue abaixo a conciliação dos valores que compõem os cálculos do EBITDA e do EBIT, constantes das demonstrações contábeis da companhia, de acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012:

CONCILIAÇÃO DO EBITDA E DO EBIT (R\$ MIL)

	1T20	1T19	Var. %	4T19	Var. % (1)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	155.231	69.051	124,8%	231.006	-32,8%
(+) Tributos sobre o Lucro	(81.674)	(6.072)	1245,1%	(123.445)	-33,8%
(+) Resultado Financeiro	(128.709)	(163.731)	-21,4%	(148.313)	-13,2%
(=) EBIT	365.614	238.854	53,1%	502.764	-27,3%
(+) Depreciações e Amortizações	(167.005)	(160.160)	4,3%	(293.248)	-43,0%
(-) EBITDA	532.619	399.014	33,5%	796.012	-33,1%

(1) Variação entre 1T20 e 4T19



Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	1T20	1T19	Var. %	4T19	Var. % (1)
Receitas Financeiras					
Renda de Aplicações Financeiras	6.894	10.862	-36,5%	7.231	-4,7%
Atualização Monetária sobre Contas de Energia Elétrica em Atraso	28.738	16.244	76,9%	20.575	39,7%
Subvenções governamentais	878	1.087	-19,2%	947	-7,3%
Atualização de Créditos Tributários	262	21.082	-98,8%	410	-36,1%
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	8.520	6.600	29,1%	8.423	1,2%
Atualização Monetária do Ativo e Passivo Financeiro Setorial	13.911	13.827	0,6%	20.455	-32,0%
Atualização Monetária Swap - Debêntures	12.061	-	n.a	-	n.a
ICMS - deságio na compra de créditos de terceiros	3.465	779	n.a	3.028	n.a
Outras Receitas Financeiras (incluindo partes relacionadas)	3.883	4.525	-14,2%	6.855	-43,4%
(-) PIS e Cofins sobre Receita Financeira	(2.448)	(2.845)	-14,0%	(1.919)	27,6%
Total - Receitas Financeiras	76.164	72.161	5,5%	66.004	15,4%
Despesas Financeiras					
Encargo de Dívidas - Empréstimos, Debêntures e Mútuos	(45.447)	(75.512)	-39,8%	(67.192)	-32,4%
Variação monetária - Debêntures	(12.058)	-	n.a	-	n.a
Juros sobre Obrigações de Arrendamento Financeiro	(5.473)	(6.732)	-18,7%	(5.869)	-6,7%
Subvenções governamentais	(878)	(1.087)	-19,2%	(947)	-7,3%
Atualização Monetária - Incluindo P&D, Efic. Energ. e Energia Livre	(2.963)	(5.133)	-42,3%	(11.126)	-73,4%
Juros Capitalizados Transferidos para o Intangível em Curso	1.097	1.933	-43,2%	1.324	-17,1%
Cartas Fiança e Seguros Garantia	(7.717)	(12.149)	-36,5%	(9.247)	-16,5%
Atualização Monetária de Processos Judiciais e Outros	(3.891)	(22.729)	-82,9%	(12.208)	-68,1%
Obrigação consumidores - Resoluções 250/2007 e 368/2009	-	-	n.a	10	-100,0%
Atualização Acordo Eletrobras	(17.194)	(28.150)	-38,9%	(20.130)	-14,6%
Custo dos Juros (líquidos) do Plano de Pensão	(103.305)	(81.037)	27,5%	(81.039)	27,5%
Comissão de fiança - partes relacionadas	(1.096)	-	n.a	(1.993)	-45,0%
Outras Despesas Financeiras	(4.538)	(5.334)	-14,9%	(5.713)	-20,6%
Total - Despesas Financeiras	(203.463)	(235.930)	-13,8%	(214.130)	-5,0%
Variações Cambiais	(1.410)	38	-3810,5%	(187)	654,0%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	(128.709)	(163.731)	-21,4%	(148.313)	-13,2%

(1) Variação entre 1T20 e 4T19

A Companhia registrou no 1T20 um resultado financeiro negativo de R\$ 128,7 milhões, um montante R\$ 35 milhões superior ao resultado financeiro negativo de R\$ 163,7 milhões reconhecido no 1T19.

As principais variações observadas nas rubricas de receitas e despesas financeiras foram: (i) redução com despesas de encargos da dívida (empréstimo, debêntures e mútuos) em R\$ 30, milhões reflexo da queda na taxa de juros média do período⁴; (ii) redução com atualização monetária de processos judiciais no montante de R\$ 18,8 milhões; (iii) atualização monetária sobre contas de energia elétrica em atraso, em um montante de R\$12,5 milhões; e (iv) impacto positivo de P&D, eficiência energética e energia livre, decorrente de atualização monetária no valor de R\$ 2,2 milhões; parcialmente compensado pela (iv) diminuição na receita com aplicações financeiras, em R\$ 4 milhões, consequência do menor saldo médio de caixa no período e da queda na taxa de juros; (v) menor receita com atualização de créditos tributários, em R\$ 20,8 milhões e (vi) maior custo dos juros líquidos do plano de pensão, R\$ 22,3 milhões superior ao registrado no 1T20.

Tributos (IR/CSLL)

TRIBUTOS (IR/CSLL) E OUTROS (R\$ MIL)

	1T20	1T19	Var. %	4T19	Var. % (1)
Imposto de Renda	(22.204)	22.287	-199,6%	-	n.a
Contribuição Social Diferida	(15.742)	(7.507)	109,7%	(32.674)	-51,8%
Imposto de Renda Diferido	(43.728)	(20.852)	109,7%	(90.771)	-51,8%
Total	(81.674)	(6.072)	1245,1%	(123.445)	-33,8%

(1) Variação entre 1T20 e 4T19

No 1T20, as despesas com Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) totalizaram R\$ 81,7 milhões, um aumento de R\$ 75,6 milhões em comparação ao mesmo período do ano passado, explicado pelo maior resultado tributável e pelos créditos de IR a recuperar registrados no 1T19, decorrentes da dedução de despesas com o PAT (Programa de Alimentação ao Trabalhador), desde 2006.

⁴ O CDI médio reportado no 1T19 foi de 6,40 % contra 4,18 % no 1T20.



Endividamento

Indicadores de Endividamento

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO (R\$ mil)

	1T20	1T19	Var. % (1)	4T19	Var. % (2)
Empréstimos, Financiamentos, Deb. E Derivativos	4.053.934	4.532.000	-11%	3.838.804	5,60%
Fundo de Pensão	1.150.885	1.232.000	-7%	1.259.239	-8,60%
(-) Disponibilidades	(1.187.850)	(1.558.358)	-24%	(1.285.692)	-7,61%
Dívida Líquida	4.016.969	4.205.642	-4%	3.812.351	5,37%
EBITDA (3)	2.501.728	1.249.141	100%	2.368.125	5,64%
Dívida Bruta/EBITDA	2,08	4,61	-54,91%	2,15	-3,36%
Dívida Líquida/EBITDA	1,61	3,37	-52,31%	1,61	-0,26%
Dívida Bruta/(Dívida Bruta + PL)	0,56	0,66	-15,43%	0,56	-0,51%
Dívida Líquida/(Dívida Líquida + PL)	0,49	0,59	-15,80%	0,49	1,01%

(1) Variação entre 1T20 e 1T19; (2) Variação entre 1T20 e 4T19; (3) EBITDA = Resultado Operacional + Depreciação e amortização (12 meses).

A Dívida Bruta⁵ da Companhia encerrou o 1T20 em R\$ 5.205,0 milhões, uma redução de R\$ 559,2 milhões em relação ao 1T19. Essa variação deve-se principalmente a: amortizações e pagamento de juros no valor total de R\$ 130 milhões no período, parcialmente compensadas por novas captações de empréstimos em moeda estrangeira, no valor de R\$ 410 milhões realizados em março de 2020. Em relação aos pagamentos realizados, destaca-se a liquidação da emissão da 6ª Nota Promissória no valor de R\$ 215 milhões em março de 2020.

As disponibilidades somaram R\$ 1.188 milhões no 1T20, ante R\$ 1.558 milhões no 1T19, uma redução de R\$ 370,5 milhões devido à maior saída de caixa com compra de energia, consequência, sobretudo, da desvalorização cambial. Dessa forma, a dívida líquida da Companhia totalizou R\$ 4.017 milhões no 1T20, uma redução de R\$ 188,7 milhões em relação ao saldo de R\$ 4.205,6 milhões do 1T19.

A Companhia encerrou o 1T20 com o custo médio da dívida no período de 6,45% a.a., ou CDI + 2,18% a.a e prazo médio de 3,96 anos, considerando a dívida com Funcesp. Sem considerá-la tem-se um custo de 5,29% a.a (CDI + 1,07%) e prazo médio de 3,44 anos.

Índices Financeiros - Covenants

A Companhia prevê, em seus contratos de dívida, à manutenção de índices financeiros, calculados com base em suas Informações Trimestrais e Demonstrações Contábeis Anuais, os quais foram atingidos em 31 de março de 2020, conforme cálculo exigido nas emissões vigentes de emissão da Companhia, conforme demonstrado na tabela ao lado (23ª e 24ª emissão de debêntures).

INDICADORES FINANCEIROS (R\$ mil)

	1T20
Empréstimos, Financiamentos, Deb. E Derivativos	4.053.934
Fundo de Pensão	1.150.885
(-) Disponibilidades	(1.187.850)
Dívida Líquida	4.016.969
EBITDA (1) (12 meses)	2.501.728
(+)PDD	268.409
(+)Contingências	64.426
(+)Despesas com Funcesp (últimos 12 meses)	27.033
(+) Perda com desativação de bens e direitos (12 meses)	48.063
EBITDA (12 meses) - Ajustado 24ª Emissão	2.909.659
(-) Impacto arrendamento operacional (CPC 06 /IFRS 16)	(51.020)
(-) Perda com desativação de bens e direitos (12 meses)	(48.063)
EBITDA (12 meses) - Ajustado 23ª Emissão	2.810.576

(1) EBITDA = Resultado Operacional + Depreciação e amortização (12 meses).

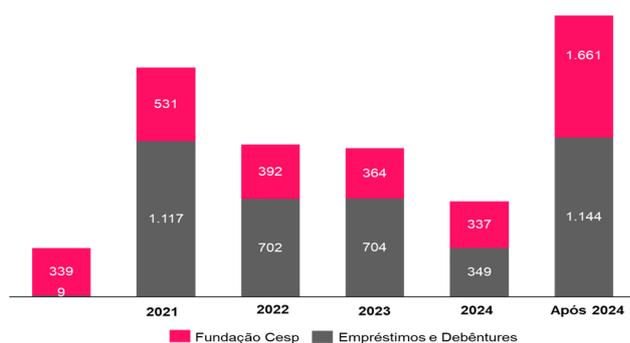
Covenant Financeiro

Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - 24ª Debênture	1,38
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - 23ª Debênture	1,43

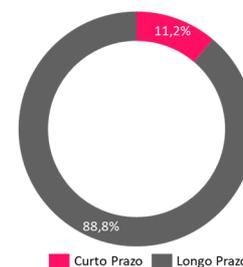
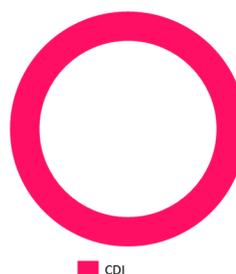
⁵ corresponde ao somatório dos empréstimos, financiamentos, e debêntures de curto e longo prazo, além do saldo líquido do derivativo e saldo devedor com o fundo de pensão. O saldo com fundo de pensão não considera o efeito líquido de ganhos/perdas atuariais no montante de R\$ 4.609,4 milhões em 31/03/2020.



Cronograma de Amortização (R\$ milhões)⁶



Abertura da Dívida Bruta – Indexadores⁷ / Prazo



Rating da Companhia⁸

Escala	Ratings	Nacional	Internacional	Perspectiva
	Fitch	AAA	BBB- ¹ e BB+ ²	Estável
	Moody's	Aaa	Ba1	Estável

Últimas atualizações: Fitch - Set'19; Moodys - Ago'19; 1- Moeda Local; 2- Moeda Estrangeira

Investimentos

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)

	1T20	1T19	Var. %	4T19	Var. % (1)
Manutenção	100.851	102.201	-1,3%	117.864	-14,4%
Crescimento	54.604	67.377	-19,0%	81.125	-32,7%
Novas Conexões	41.095	20.283	102,6%	15.273	169,1%
Financiado pela Companhia	196.550	189.862	3,5%	214.261	-8,3%
Financiado pelo Cliente	4.738	30.474	-84,5%	14.408	-67,1%
Total	201.288	220.336	-8,6%	228.669	-12,0%

(1) Variação entre 1T20 e 4T19

No 1T20, a Companhia investiu R\$ 201,3 milhões. Do volume investido no 1T20, este foi alocado, principalmente, em atividades de manutenção da rede e crescimento. Destes, R\$ 196,6 milhões foram realizados com recursos próprios e R\$ 4,7 milhões correspondem a projetos financiados pelos clientes.

OUTROS TEMAS

Revisão Tarifária 2019

Em 02 de julho de 2019, a ANEEL deliberou sobre os resultados da revisão tarifária periódica de 2019, com aplicação a partir de 04 de julho de 2019. Foi aprovado o índice de reposicionamento de +12,79% composto por: (i) reposicionamento econômico de +1,72%, sendo -1,57% de Parcela A e +3,29% de Parcela B e (ii) componentes financeiros de +11,07%. Descontados os componentes financeiros considerados no último processo tarifário, no valor de -5,75%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores foi de +7,03%, conforme detalhado na tabela ao lado.

Composição		
Parcela A	Encargos Setoriais	-4,58%
	Energia Comprada	1,67%
	Encargos de Transmissão	1,33%
	Parcela A	-1,57%
Parcela B		3,29%
Reajuste Econômico		1,72%
CVA Total		10,47%
Outros Itens Financeiros da Parcela A		0,60%
Reajuste Financeiro		11,07%
Reajuste Total		12,79%
Componentes Financeiros do Processo Anterior		-5,75%
Efeito para o Consumidor		7,03%

⁶ Fluxo composto por amortização de principal e custos a amortizar. Não considera arrendamento financeiro e não considera diferenças de premissas entre PREVIC e CVM no montante de R\$ 370,3 milhões (Resolução CVM 695/2012).

⁷ Inclui empréstimos financeiros, debêntures e Swap. Não considera previdência e arrendamentos financeiros.

⁸ Quadro considera ratings válidos em 31 de Março de 2019.



Por fim, vale destacar que foram definidos os componentes do Fator X que serão deduzidos da variação do IGP-M na atualização anual dos custos da Parcela B da Companhia: (i) Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +0,77%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia; (ii) Componente X-T (trajetória dos custos operacionais) de -2,07%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia.

O efeito líquido da aplicação destes componentes à Parcela B representará um acréscimo de 1,30% além do IGP-M anual.

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	8,46%
Baixa Tensão	6,48%
Efeito Médio	7,03%

Fora estes efeitos, anualmente é apurado o Fator XQ, de incentivo à melhoria da qualidade, que nesta revisão foi apurado em -1,03%.

O reajuste tarifário médio de +7,03% (efeito médio a ser percebido pelos consumidores) apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado ao lado.

Bandeiras Tarifárias

Composto por quatro modalidades (verde, amarela e vermelha - patamar 1 e patamar 2), o sistema de bandeiras tarifárias estabelece adicionais às tarifas de modo a refletir a variação dos custos da geração de energia, conforme demonstrado a seguir:

- Bandeira verde: a tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: acréscimo de R\$ 13,43/MWh;
- Bandeira vermelha: Patamar 1: acréscimo de R\$ 41,69/MWh, Patamar 2: acréscimo de R\$ 62,43/MWh

Em maio de 2018, um novo critério de acionamento das bandeiras tarifárias entrou em vigor, decorrente da audiência pública nº 061/17, que discutiu a revisão da metodologia das bandeiras e dos valores de suas faixas de acionamento

As bandeiras tarifárias que vigoraram no ano de 2019 e no 1º trimestre de 2020, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

2019	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarela	Verde	Amarela	Vermelha 1	Vermelha 1	Amarela	Vermelha 1	Amarela
PLD gatilho - R\$/MWh	116,53	283,16	286,02	167,83	114,92	42,35	175,44	224,19	200,18	233,59	292,87	225,92

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

2020	Jan	Fev	Mar
Bandeira Tarifária			
	Amarela	Verde	Verde
PLD gatilho - R\$/MWh	291,00	185,56	57,23

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE



Atualização do WACC

A metodologia aprovada pela ANEEL em 10 de março de 2020 estabelece que o WACC será calculado anualmente e com impacto nas revisões ocorridas dos respectivos anos. Para a Companhia, portanto, entende-se que a nova metodologia será aplicada somente a partir da próxima Revisão Tarifária, a ocorrer em 2023.

Em termos metodológicos, a ANEEL priorizou a utilização de dados do mercado brasileiro, como uso de NTN-B para aferição do custo de capital próprio e de debêntures para o custo de capital de terceiros. Ademais, foi determinado para o segmento de distribuição um prêmio adicional de risco em relação aos segmentos de geração e transmissão.

Resolução Normativa 878 – ANEEL (COVID-19)

No contexto de prevenção a pandemia declarada no dia 11 de março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde – OMS – referente ao novo-coronavírus (COVID-19), a ANEEL estabeleceu, no dia 24 de março, conjunto de medidas para preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, anunciadas por meio da Resolução Normativa (REN) 878. Entre as principais medidas anunciadas, ficou estabelecida, pelo prazo de 90 dias a partir de 25 de março de 2020, a suspensão do fornecimento de energia aos consumidores residenciais, além dos serviços essenciais já previstos em lei, além da suspensão, pelo mesmo prazo, das compensações relacionadas aos indicadores de continuidade no fornecimento (DIC/FIC/DMIC/DICRI).

Adicionalmente a essas medidas, como forma de mitigar eventuais impactos do COVID-19, em 08 de abril de 2020, o governo federal publicou Medida Provisória (MP 950) concedendo isenção no período de 01 de abril a 30 de junho, aos consumidores da categoria Baixa Renda, cujo consumo é inferior a 220 KWh/mês. Como contrapartida, ficou estabelecido o ressarcimento às companhias de distribuição, limitado a R\$ 900 milhões, através da utilização de recursos da CDE para a cobertura do desconto tarifário concedido. Ainda em 08 de abril, a ANEEL publicou despacho 986, autorizando a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), a repassar aos agentes do setor os recursos financeiros disponíveis no fundo de reserva para alívio futuro de encargos, totalizando R\$ 2 bilhões, com o objetivo de reforçar a liquidez do setor em meio a pandemia. O despacho autoriza a CCEE a efetuar novos repasses ao longo do ano.



BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	31.03.2020	31.12.2019
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.184.359	1.280.195
Investimentos de curto prazo	4	3.490	5.496
Consumidores, revendedores e outros	5	2.386.742	2.447.175
Operação com instrumento derivativo	30.1	24.630	-
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	8	71.216	68.086
Outros tributos compensáveis	8	781.814	697.049
Contas a receber - acordos	6	216.020	216.840
Ativo financeiro setorial	11	1.606.796	1.608.152
Outros créditos		267.488	195.581
Almoxarifado		22.223	15.830
Serviços em curso		192.743	188.528
Despesas pagas antecipadamente		53.813	33.166
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		6.811.334	6.756.098
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Consumidores, revendedores e outros	5	23.885	25.920
Ativo financeiro setorial	11	330.398	444.594
Operação com instrumento derivativo	30.1	21.824	49.881
Outros tributos compensáveis	8	6.699.211	4.495.140
Tributos e contribuições sociais diferidos	9	4.280.665	4.327.475
Depósitos vinculados	17	889.995	808.869
Contas a receber - acordos	6	9.031	8.605
Outros créditos		45.072	41.713
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	10.1	550.865	466.563
Ativo financeiro da concessão	10.2	4.645.827	4.532.124
Investimento		41.250	41.250
Imobilizado arrendado	15	215.286	230.806
Intangível	10.3	4.128.727	4.240.506
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		21.882.036	19.713.446
TOTAL DO ATIVO		28.693.370	26.469.544

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	31.03.2020	31.12.2019
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>			
Fornecedores	12	1.612.512	1.865.919
Empréstimos e financiamentos	14	443.517	230.884
Debêntures	14	29.061	42.624
Obrigações por arrendamentos	15	70.914	69.848
Subvenções governamentais		3.094	3.273
Imposto de renda e contribuição social a pagar	13	22.204	-
Outros tributos a pagar	13	456.503	515.091
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		214.052	214.054
Obrigações sociais e trabalhistas		162.981	134.354
Encargos setoriais	18	393.014	419.534
Obrigações com benefícios pós-emprego	16	10.998	12.358
Contas a pagar - acordo Eletrobras	19	345.395	342.811
Provisão para processos judiciais e outros	17	288.914	348.486
Reserva de reversão		7.342	7.342
Operação com instrumento derivativo	30.1	3.011	1.274
Outras obrigações		332.491	295.140
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	662.038	578.763
Passivo financeiro setorial	11	980.097	957.969
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		6.038.138	6.039.724
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Empréstimos e financiamentos	14	40.582	43.539
Debêntures	14	3.584.218	3.570.365
Obrigações por arrendamentos	15	176.954	192.034
Subvenções governamentais		4.516	5.215
Obrigações com benefícios pós-emprego	16	5.879.643	5.982.423
Contas a pagar - acordo Eletrobras	19	1.032.641	1.019.775
Provisão para processos judiciais e outros	17	650.399	573.606
Encargos setoriais	18	35.638	34.553
Reserva de reversão		42.221	44.056
Outras obrigações		63.390	77.597
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	6.602.045	4.395.313
Passivo financeiro setorial	11	443.112	522.128
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		18.555.359	16.460.604
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital social	21.1	3.079.525	3.079.525
Reservas de capital	21.3	2.268.430	2.268.430
Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial	21.4	(2.259.086)	(2.217.271)
Reservas de lucros:			
Reserva legal		196.766	196.766
Reserva especial para reforço de capital de giro		171.137	171.137
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		470.629	470.629
Lucros acumulados		172.472	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.099.873	3.969.216
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		28.693.370	26.469.544

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Notas	31.03.2020	31.03.2019
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	23	3.663.110	3.467.915
CUSTOS OPERACIONAIS			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	24	(1.951.002)	(1.982.485)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA	24	(52.184)	(75.096)
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	24	(413.179)	(364.279)
Custo de operação			
Pessoal e administradores		(184.062)	(195.483)
Entidade de previdência privada	16.1	(6.186)	(5.655)
Serviços de terceiros		(151.277)	(125.715)
Material		(27.696)	(13.734)
Custo de construção		(202.061)	(198.605)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	7	(104.108)	(67.135)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida		(25.033)	(18.351)
Depreciação e amortização		(167.005)	(160.160)
Outras receitas e despesas operacionais	25	(13.703)	(22.363)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS		(3.297.496)	(3.229.061)
RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO BRUTO)		365.614	238.854
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	26	76.164	72.161
Despesas financeiras	26	(203.463)	(235.930)
Variações cambiais, líquidas	26	(1.410)	38
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO		(128.709)	(163.731)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		236.905	75.123
Contribuição social	27	(5.997)	-
Imposto de renda	27	(16.207)	22.287
Contribuição social diferida	9.4/27	(15.742)	(7.507)
Imposto de renda diferido	9.4/27	(43.728)	(20.852)
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(81.674)	(6.072)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		155.231	69.051
Lucro líquido básico/diluído por ação ordinária	22.1	0,78611	0,34970

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

	31.03.2020	31.03.2019
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	155.231	69.051
Outros resultados abrangentes:		
- Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado		
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	(37.234)	-
Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	12.660	-
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO, LÍQUIDO DE TRIBUTOS	130.657	69.051

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

Notas	Reservas de capital					Reservas de lucros				Total do patrimônio líquido	
	Capital social	Opções de ações outorgadas	Benefício fiscal proveniente de incorporação	Outras reservas de capital	Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva especial para reforço de capital de giro	Proposta de distribuição de dividendos adicionais		Lucros (prejuízos) acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.823.486	20.573	670.897	-	(49.236)	(781.506)	196.766	-	-	-	2.880.980
<u>Resultado abrangente total:</u>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	69.051	69.051
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	69.051	69.051
Mutações internas do patrimônio líquido:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(28.475)	-	-	-	28.475	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	9.682	-	-	-	(9.682)	-
Saldos em 31 de março de 2019	2.823.486	20.573	670.897	-	(49.236)	(800.299)	196.766	-	-	87.844	2.950.031
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.079.525	-	2.267.883	547	-	(2.217.271)	196.766	171.137	470.629	-	3.969.216
<u>Resultado abrangente total:</u>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	155.231	155.231
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	155.231	155.231
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	(37.234)	-	-	-	-	(37.234)
Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	12.660	-	-	-	-	12.660
Mutações internas do patrimônio líquido:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(26.123)	-	-	-	26.123	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	8.882	-	-	-	(8.882)	-
Saldos em 31 de março de 2020	3.079.525	-	2.267.883	547	-	(2.259.086)	196.766	171.137	470.629	172.472	4.099.873

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

	31.03.2020	31.03.2019
Atividades operacionais:		
Lucro líquido do período	155.231	69.051
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	167.005	160.160
Variações monetárias	21.229	(13.131)
Atualização do ativo financeiro da concessão	(43.754)	(50.166)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	104.215	68.292
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	17.377	28.114
Atualização acordo Eletrobras	17.194	28.150
Custo de empréstimos e debêntures (encargos de dívidas)	78.156	73.579
Juros sobre obrigações de arrendamento	5.473	6.732
Juros sobre operação com instrumento derivativo	(32.071)	-
Benefícios pós-emprego	111.763	88.334
Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	(353)	(399)
Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	8.762	18.417
Tributos e contribuições sociais diferidos	59.470	28.359
Redução (aumento) dos ativos:		
Consumidores, revendedores e outros	(23.763)	(85.871)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	47	(22.282)
Outros tributos compensáveis	(2.288.836)	20.672
Almoxarifado	(6.393)	(1.524)
Serviços em curso	(4.215)	(6.046)
Contas a receber - acordos	(16.520)	(33.723)
Despesas pagas antecipadamente	(20.647)	(10.572)
Outros créditos	(52.919)	26.719
Ativo financeiro setorial	115.552	42.596
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	(270.437)	314.728
Imposto de renda e contribuição social a pagar	22.204	-
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	2.290.007	-
Outros tributos a pagar	(58.588)	1.782
Obrigações sociais e trabalhistas	28.627	(19.651)
Encargos setoriais	(23.127)	17.588
Outras obrigações	21.309	19.389
Passivo financeiro setorial	(56.888)	(124.271)
	325.110	645.026
Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	(59.392)	(103.709)
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	(5.519)	(2.309)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(2.867)	(3.748)
Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	(215.903)	(117.127)
Pagamento de processos judiciais e outros	(15.434)	(22.616)
Pagamento de contas a pagar - acordo Eletrobras	(1.744)	-
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	78	20
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	24.329	395.537
Atividades de investimentos:		
Adições para ativo contratual e intangível da concessão	(200.197)	(220.336)
Consumidores participação financeira	14.507	10.067
Aplicações em investimento de curto prazo	(31.511)	(28)
Resgates de investimento de curto prazo	33.744	1.107
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	(113.822)	(56.555)
Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível	760	547
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(296.519)	(265.198)
Atividades de financiamentos:		
Ingresso de novos empréstimos e debêntures	409.997	500.000
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	(219.673)	(5.174)
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	-	(758)
Pagamento de obrigações por arrendamento	(13.968)	(6.778)
Dívidas e juros sobre capital próprio pagos	(2)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	176.354	487.290
Variação no caixa líquido da Companhia	(95.836)	617.629
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.280.195	936.678
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.184.359	1.554.307

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

	31.03.2020	31.03.2019
1. RECEITAS	5.704.899	5.754.901
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	5.809.007	5.822.036
Fornecimento de energia elétrica	2.735.562	3.045.326
Outras receitas - originadas de contratos com clientes	2.724.502	2.346.374
Outras receitas	146.882	231.731
Receita relativa à construção de ativos próprios	202.061	198.605
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(104.108)	(67.135)
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(3.033.633)	(3.001.920)
Materiais	(117.953)	(102.674)
Outros custos operacionais	(28.049)	(29.023)
Custo da energia comprada e transmissão	(2.650.939)	(2.659.525)
Serviços de terceiros	(236.692)	(210.698)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	2.671.266	2.752.981
4. RETENÇÕES	(167.005)	(160.160)
Depreciação e amortização	(167.005)	(160.160)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	2.504.261	2.592.821
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	76.164	72.161
Receitas financeiras	76.164	72.161
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	2.580.425	2.664.982
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2.580.425	2.664.982
Empregados (Colaboradores)	193.619	196.198
Salários e encargos	109.546	111.626
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	19.630	21.261
Benefícios	56.564	55.615
FGTS	7.879	7.696
Tributos (Governo)	2.024.089	2.158.677
Federais	320.383	315.264
Imposto de renda e contribuição social	81.674	6.072
COFINS	173.380	231.745
PIS	37.593	50.229
INSS	18.794	18.468
Encargos sociais - Outros	8.942	8.750
Estaduais	1.035.459	1.040.979
ICMS	1.033.517	1.039.477
Outros	1.942	1.502
Municipais	7.858	11.165
ISS	46	47
IPTU	7.795	11.100
Outros	17	18
Encargos setoriais	660.389	791.269
CDE - Conta de desenvolvimento energético	559.887	733.719
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	33.929	32.052
Encargos do consumidor - PROINFA	26.172	21.924
Encargos do consumidor - CCRBT	35.663	141
Taxa de fiscalização - ANEEL	4.738	3.433
Remuneração de capitais de terceiros	207.486	241.056
Juros	203.463	235.892
Aluguéis	4.023	5.164
Remuneração de capitais próprios	155.231	69.051
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	(17.241)	(18.793)
Lucros retidos	172.472	87.844

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Enel Distribuição São Paulo”, ou “Companhia”) é uma sociedade anônima com registro de companhia aberta Categoria “B”, controlada diretamente pela Enel Brasil S.A. (Enel Brasil), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália).

A sede da Companhia está localizada na Avenida Dr. Marcos Penteadro de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, tendo o primeiro processo de revisão ocorrido em 4 de julho de 2003, e de Reajuste Tarifário anualmente. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 4 de julho de 2019.

1.1 Coronavírus (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros

A epidemia do novo Coronavírus (COVID-19) iniciou em Wuhan, China, e foi relatada pela primeira vez pelas autoridades nacionais à Organização Mundial da Saúde em 30 de dezembro de 2019.

Desde as primeiras semanas de 2020, apesar de uma forte conscientização sobre o assunto por organizações internacionais, a epidemia afetou regiões da Ásia e do Oriente Médio, contudo, limitada a certas regiões da China, Coreia do Sul e Irã.

Na segunda quinzena de fevereiro, os primeiros casos de COVID-19 foram identificados na Europa, especificamente na Itália, com uma rápida escalada de sua disseminação por toda a Europa.

Em 26 de fevereiro de 2020 o primeiro caso de infecção por Coronavírus foi identificado no Brasil, especificamente no município de São Paulo, conforme divulgações públicas do Ministério da Saúde.

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde atribuiu o status de pandemia ao afastamento mundial causada pela COVID-19.

No Brasil, os governos federais e estaduais implementaram diversas medidas para lidar com a emergência na saúde pública. No estado de São Paulo as medidas incluíram isolamento horizontal e restrições ao funcionamento de atividades não essenciais como forma de retardar a progressão do vírus.

A partir de março de 2020 e com base em todos os acontecimentos mencionados anteriormente, o Grupo Enel no Brasil emitiu diretrizes que visam garantir o cumprimento das medidas adotadas no nível local e adotou inúmeras ações para e procedimentos para prevenir e mitigar os efeitos do contágio no local de trabalho, como por exemplo:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Ampliação do trabalho remoto, introduzido há alguns anos no Grupo, que, graças aos investimentos em digitalização, permite trabalhar remotamente no mesmo nível de eficiência e eficácia;
- O uso de infraestruturas digitalizadas que permitem garantir o funcionamento normal dos ativos de produção, a continuidade do serviço de eletricidade e gerenciar remotamente todas as atividades relacionadas ao mercado e ao relacionamento com o cliente;
- Manutenção assegurada da rede de distribuição, permitindo o funcionamento apropriado da operação e garantindo o fornecimento de energia elétrica para todos os consumidores.

Por meio da Resolução Normativa (REN) nº 878, de 24 de março de 2020, a ANEEL vedou a suspensão do fornecimento de energia elétrica por inadimplência dos consumidores, sejam residenciais, urbanos ou rurais por 90 dias corridos, vigorando a partir da data efetiva da referida REN.

No dia 25 de março de 2020, a ANEEL em conjunto às autoridades que regulam o setor elétrico e também da esfera econômica do governo vem desatando e implementando ações para manter o seu equilíbrio econômico e financeiro do setor, como forma de assegurar o seu pleno funcionamento e tais ações se iniciam com o repasse de recursos financeiros no fundo de reserva para alívio de futuro de encargos para as distribuidoras do Sistema Interligado Nacional ("SIN").

No dia 08 de abril de 2020, o Presidente da República, por meio da Medida Provisória ("MP") nº 950, que vigorará de 01 de abril a 30 de junho de 2020 adotou algumas alterações temporárias à Lei nº 12.212 de 20 de janeiro de 2010, alterando o formato de desconto tarifário para os consumidores beneficiados pela categoria baixa renda, onde a parcela do consumo de energia elétrica inferior ou igual a 220 KWh/mês passará a ter um desconto de 100% e a parcela do consumo de energia elétrica superior a 220 KWh/mês não incidirá qualquer desconto.

A fim de amenizar os impactos financeiros nas Distribuidoras de Energia, o Governo Federal, pelo meio da mesma Medida Provisória, alterou a Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, autorizando a destinação de recursos para a CDE, limitado a R\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de reais) para cobertura dos descontos tarifários ora concedidos pela alteração realizada à Lei 12.212.

A Companhia vem monitorando o comportamento do mercado, as reações dos distintos agentes, a evolução do cenário macroeconômico e o avanço das discussões já mencionadas para embasar as análises internas destinadas a avaliar os impactos reais e potenciais da COVID-19 nas atividades comerciais e operacionais, na situação financeira e no desempenho econômico sendo as principais análises mencionadas abaixo (mas não se limitando a):

- Previsão de impactos macroeconômicos nas principais áreas de interesse e nas principais operações da Companhia e controladas;
- Previsão dos impactos sobre a demanda e consumo de energia elétrica, influenciada pelas diversas medidas para conter a disseminação de contágios adotados em nível local; e
- Previsão dos impactos relacionados as alterações realizadas pelo Governo Federal, Estadual e ANEEL.

Não obstante, devido ao seu modelo de negócios integrado a uma estrutura robusta do Grupo Enel, em nível local e global, mantém a continuidade de suas atividades operacionais, não apresentando até o momento, evidências de impactos significativos da COVID-19.

A Companhia visando manter a transparência com o mercado e seus reguladores, atua e atuará de forma contínua na atualização das informações relacionadas aos possíveis impactos da COVID-19, em



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

um cenário em constante evolução, o monitoramento constante em mudanças nas variáveis macroeconômicas e de negócios será contínuo, a fim de obter a melhor estimativa dos possíveis impactos sobre a Companhia em tempo real e permitir sua mitigação com planos de reação e contingência.

Medidas para o setor elétrico – Repasse de recursos financeiros

Como medida de reforço a liquidez financeira do setor de distribuição de energia elétrica, a ANEEL autorizou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a repassar às distribuidoras os recursos financeiros disponíveis no fundo de reserva para alívio futuro de encargos.

O despacho ANEEL nº 986, de 07 de abril de 2020, determinou o repasse aos agentes de mercado. Sendo assim, a Companhia recebeu em 08 de abril de 2020 o montante de R\$ 141.312. Tal montante será tratado como um passivo financeiro setorial e devolvido ao consumidor no processo de reajuste tarifário. Não houve impacto desse recebimento no trimestre findo em 31 de março de 2020.

Destaca-se, ainda, que a ANEEL tem autorizado o diferimento dos reajustes tarifários, até 30 de junho de 2020, das distribuidoras que tem datas de reajustes tarifários no período da pandemia, permitindo, em contrapartida, que os pagamentos ao fundo da CDE fossem reduzidos, temporariamente, na mesma proporção dos valores diferidos, os quais deverão ser repostos pelas referidas concessionárias durante o segundo semestre deste ano.

2. Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias

Em 30 de abril de 2020, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das presentes informações contábeis intermediárias, submetendo-a à análise do Conselho de Administração

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas para o trimestre findo em 31 de março de 2020 de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com as normas internacionais e em conformidade com o IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitido pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e também com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”), aplicáveis à elaboração das informações Trimestrais – ITR, e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das informações contábeis intermediárias. Dessa forma, as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas informações contábeis intermediárias podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

Continuidade operacional

Com base nos fatos e circunstâncias existentes até a data de autorização das presentes informações contábeis intermediárias, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, planos de negócios, que compreendem os orçamentos anuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações.

Segmento de negócios

A receita da Companhia é, basicamente, composta pelos serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

Sistema Empresas.Net

No quadro “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido” do Sistema “Empresas.Net” utilizado para fins de elaboração e envio de documentos à CVM e B3, o ajuste de avaliação patrimonial, embora não corresponda a “Outros Resultados Abrangentes”, está apresentado na coluna com esta indicação, visto que não há opção mais apropriada para a apresentação no referido quadro.

2.3 Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

(b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis e estimativas

As informações contábeis intermediárias foram preparadas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019, emitidas em 19 de fevereiro de 2020, e devem ser lidas em conjunto, com exceção às alterações estabelecidas pelo CPC 00 (R2) | *Conceptual Framework* – Estrutura conceitual para relatório financeiro.

3.1 Alterações ao CPC 00 (R2) | *Conceptual Framework* – Estrutura conceitual para relatório financeiro

O CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para relatório financeiro, equivalente ao pronunciamento do IASB conhecido como *Conceptual Framework*, alterado com o objetivo de melhor refletir alterações conceituais estabelecidas pelo IASB, principalmente com relação aos seguintes aspectos:

- Conceitualiza e clarifica questões acerca do objetivo do relatório financeiro, as características qualitativas da informação financeira útil, e a descrição da entidade, bem como os seus limites;
- Clarifica as definições de ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas e despesas em diversos aspectos;
- Define critérios para inclusão de ativos e passivos nas demonstrações contábeis (reconhecimento) e orientação sobre quando removê-los (desreconhecimento);
- Bases de mensuração e orientação sobre quando e como utilizá-las; e
- Determina conceitos e estabelece orientações quanto a apresentação e divulgação das demonstrações contábeis e notas explicativas.

Adicionalmente, as alterações realizadas ao CPC 00 (R2) também impactam o conceito de materialidade, estabelecendo de forma clara a aplicação deste conceito e determinando que “informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre o relatório específico da entidade”.

As mudanças são aplicáveis para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2020 e visam auxiliar o entendimento de temas específicos, melhorando a qualidade das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia as mudanças realizadas não causaram impactos ou alterações em suas demonstrações contábeis.

A Companhia avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício ao que esta demonstração contábil se refere e não identificou qualquer impacto para suas demonstrações contábeis.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Caixa e equivalentes de caixa:		Nota	31.03.2020	31.12.2019
Numerário disponível			20.883	20.074
Numerário em trânsito	4.1		106.325	205.354
CDB-DI	4.2		1.057.151	1.054.767
Total			1.184.359	1.280.195

Investimentos de curto prazo:			31.03.2020	31.12.2019
CDB-DI	4.2		1.502	3.518
Fundo de investimento			1.988	1.978
Total			3.490	5.496
Total geral			1.187.849	1.285.691

- 4.1 O numerário em trânsito representa o montante recebido de clientes, porém ainda não creditado em favor da Companhia pela instituição financeira, ou seja, estão em circulação e serão transferidos para a Companhia em D+1 ou D+2 (primeiro ou segundo dia útil após o pagamento efetuado pelo cliente). A redução foi ocasionada principalmente pelas arrecadações dos últimos dias do mês de dezembro de 2019, que foram transferidas para a Companhia somente no início de 2020 cujos os montantes foram superiores às arrecadações dos últimos dias do mês de março de 2020.
- 4.2 Certificados de depósitos bancários foram remunerados em média a 96,85% do CDI no trimestre findo em 31 de março de 2020 (95,99% no trimestre findo em 31 de março de 2019), sendo resgatáveis a qualquer momento sem perda de rendimento, junto ao próprio emissor.

5. Consumidores, revendedores e outros

Incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica, valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, participação financeira do consumidor e outros serviços cobráveis na fatura de energia elétrica.

A composição do saldo de consumidores, revendedores e outros é como segue:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	A vencer	Vencidos				Total de consumidores, revendedores e outros	PECLD	Total 31.03.2020
	até 30 dias	até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
CIRCULANTE								
Consumidores - distribuição de energia:								
Residencial	427.209	475.640	95.849	132.734	698.255	1.829.687	(827.733)	1.001.954
Industrial	59.159	38.642	3.759	8.535	63.437	173.532	(64.856)	108.676
Comercial	245.826	93.854	8.602	10.458	67.272	426.012	(68.551)	357.461
Rural	210	160	26	21	108	525	(120)	405
Poderes públicos	44.973	11.957	1.491	1.042	1.898	61.361	(1.316)	60.045
Iluminação pública	21.768	436	3	-	48	22.255	(217)	22.038
Serviço público	41.115	1.852	26	33	69	43.095	(195)	42.900
Serviço cobráveis	302	1.328	136	3	8	1.777	(617)	1.160
Encargos de uso da rede	3.212	-	16	-	-	3.228	-	3.228
Fornecimento não faturado	774.813	-	-	-	-	774.813	(2.895)	771.918
Participação financeira do consumidor	140	42	11	125	26	344	-	344
Revendedores e outros:								
Ressarcimento - leilões de energia	16.613	-	-	-	-	16.613	-	16.613
TOTAL - CIRCULANTE	1.635.340	623.911	109.919	152.951	831.121	3.353.242	(966.500)	2.386.742
NÃO CIRCULANTE								
Consumidores - distribuição de energia:								
Iluminação pública	-	-	-	-	24.079	24.079	(194)	23.885
TOTAL - NÃO CIRCULANTE	-	-	-	-	24.079	24.079	(194)	23.885
TOTAL - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	1.635.340	623.911	109.919	152.951	855.200	3.377.321	(966.694)	2.410.627

	A vencer	Vencidos				Total de consumidores, revendedores e outros	PECLD	Total 2019
	até 30 dias	até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
CIRCULANTE								
Consumidores - distribuição de energia:								
Residencial	390.213	473.405	80.023	122.957	668.872	1.735.470	(777.217)	958.253
Industrial	64.636	35.258	4.675	7.115	66.498	178.182	(62.457)	115.725
Comercial	265.278	100.333	6.339	11.453	65.579	448.982	(66.021)	382.961
Rural	220	146	15	35	81	497	(117)	380
Poderes públicos	48.503	16.648	1.011	1.114	1.734	69.010	(1.928)	67.082
Iluminação pública	7.816	1.607	-	10	40	9.473	(158)	9.315
Serviço público	32.800	40	35	9	59	32.943	(107)	32.836
Serviço cobráveis	342	918	105	3	8	1.376	(587)	789
Encargos de uso da rede	3.281	112	151	-	-	3.544	-	3.544
Fornecimento não faturado	866.332	-	-	-	-	866.332	(2.594)	863.738
Participação financeira do consumidor	-	753	36	108	14	911	-	911
Revendedores e outros:								
Ressarcimento - leilões de energia	11.641	-	-	-	-	11.641	-	11.641
TOTAL - CIRCULANTE	1.691.062	629.220	92.390	142.804	802.885	3.358.361	(911.186)	2.447.175
NÃO CIRCULANTE								
Consumidores - distribuição de energia:								
Iluminação pública	-	-	-	-	26.114	26.114	(194)	25.920
TOTAL - NÃO CIRCULANTE	-	-	-	-	26.114	26.114	(194)	25.920
TOTAL - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	1.691.062	629.220	92.390	142.804	828.999	3.384.475	(911.380)	2.473.095



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber – acordos

Os saldos de contas a receber – acordos incluem os parcelamentos de consumidores em função dos programas de negociação realizados.

A composição do saldo de contas a receber - acordos é como segue:

	Nota	31.03.2020	31.12.2019
CIRCULANTE			
Consumidores		453.831	439.818
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	7	(237.811)	(222.978)
Saldo líquido de PECLD		216.020	216.840
NÃO CIRCULANTE			
Consumidores		10.583	10.321
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	7	(1.552)	(1.716)
Saldo líquido de PECLD		9.031	8.605
Total circulante + não circulante		225.051	225.445

A abertura das contas a receber – acordos por vencimento é a seguinte:

	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total 31.03.2020
		até 90 dias	mais de 90 dias	
Consumidores	148.370	43.677	272.367	464.414
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(4.015)	(10.818)	(224.530)	(239.363)
Saldo líquido de PECLD - Circulante + Não Circulante	144.355	32.859	47.837	225.051

7. Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa - PECLD

A movimentação das perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa é como segue:

Rubricas de origem	Nota	Saldo inicial 31.12.2019	Provisões/ reversões	Perda	Saldo final 31.03.2020
Consumidores	5	(911.380)	(86.231)	30.917	(966.694)
Contas a receber - acordos	6	(224.694)	(16.914)	2.245	(239.363)
Outros créditos - Multa rescisão contratual		(3.939)	299	269	(3.371)
Outros créditos		(1.543)	(1.369)	-	(2.912)
Total		(1.141.556)	(104.215)	33.431	(1.212.340)
Circulante		(1.139.644)			(1.210.595)
Não circulante		(1.912)			(1.745)
Total		(1.141.556)			(1.212.340)

A Companhia apresenta a seguir o efeito no resultado da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa:

	31.03.2020	31.03.2019
Provisão/Reversão	(104.215)	(68.292)
Receita com recuperação de perdas	107	1.157
	(104.108)	(67.135)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Tributos e contribuições sociais compensáveis

Imposto de renda e contribuição social compensáveis	Nota	31.03.2020	31.12.2019
CIRCULANTE			
Contribuição social		4.982	4.452
Imposto de renda	8.1	47.552	47.300
Imposto de renda retido na fonte		18.682	16.334
Total		71.216	68.086
Outros tributos compensáveis			
CIRCULANTE			
PIS e COFINS a recuperar (ICMS)	20	662.038	578.763
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS		89.196	89.978
ICMS - Compra de créditos		2.004	1.747
COFINS		22.422	20.770
PIS		6.096	5.734
INSS		58	57
Total		781.814	697.049
NÃO CIRCULANTE			
PIS e COFINS a recuperar (ICMS)	20	6.633.496	4.426.554
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS		65.715	68.586
Total		6.699.211	4.495.140
Total		7.481.025	5.192.189

8.1 Dedutibilidade das despesas com o Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT na apuração do IRPJ

Em 31 de março de 2020, a Companhia mantém em seus registros contábeis, crédito de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ a recuperar no valor de R\$ 44.566. O referido crédito foi registrado em março de 2019, e é decorrente de decisão judicial favorável, transitada em julgado, proferida em ação movida pela Companhia, em 2011, pleiteando o reconhecimento do seu direito ao benefício da dedução em dobro das despesas incorridas com o Programa de Alimentação dos Trabalhadores – PAT, na forma prevista na Lei 6.321/1976, bem como a repetição, através de compensação, do IRPJ recolhido indevidamente desde 2006. Em março de 2020, o pedido de habilitação do crédito foi deferido pela Receita Federal e o mesmo foi utilizado para o pagamento de tributos federais em abril de 2020.

9. Tributos e contribuições sociais diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo fiscal corrente contra o passivo fiscal corrente.

9.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos

	Nota	31.03.2020	31.12.2019
Diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	9.2	2.217.925	2.246.819
Benefício fiscal das incorporações	9.3	2.062.740	2.080.656
Total dos tributos e contribuições sociais diferidos		4.280.665	4.327.475



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.2 Saldos acumulados dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas, são como segue:

	Nota	Balanço patrimonial		Resultado	
		31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.03.2019
Tributos diferidos ativos:					
Provisão de benefício a empregados		228.198	266.093	(37.895)	(7.891)
Provisão para processos judiciais e outros		300.340	294.488	5.852	7.848
Provisão para processos judiciais e outros - acordo Eletrobras		-	-	-	9.571
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa		92.471	79.949	12.522	4.548
Provisão para materiais e serviços		13.669	13.651	18	(3.160)
Outros resultados abrangentes / ajuste avaliação atuarial	21.5	1.576.768	1.576.768	-	-
Prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa		535.526	550.094	(14.568)	2.184
Créditos tributários sobre ágio na incorporação		144.852	165.545	(20.693)	(20.693)
Diferença na taxa de depreciação/amortização		57.956	59.712	(1.756)	(1.756)
Provisão programa de saída voluntária (PSV) / incentivo à aposentadoria (PIA)		551	554	(3)	(14.762)
Provisão FGTS - PIA programa de incentivo à aposentadoria (multa 40%)		44.321	42.889	1.432	1.623
Arrendamento mercantil CPC 06		1.871	1.623	248	605
Outros		50.626	31.450	19.176	8.267
Total dos tributos diferidos ativos		3.047.149	3.082.816	(35.667)	(13.616)
Tributos diferidos passivos:					
Ajustes de avaliação patrimonial/mais valia	21.5	(411.835)	(420.717)	8.882	9.682
Atualização do ativo financeiro da concessão		(336.653)	(321.778)	(14.875)	(17.057)
Atualização monetária de depósitos judiciais		(56.252)	(53.989)	(2.263)	(875)
Outros resultados abrangentes - cash flow hedge (derivativo)	21.5	(1.160)	(13.820)	-	-
Outros		(23.324)	(25.693)	2.369	(406)
Total dos tributos diferidos passivos		(829.224)	(835.997)	(5.887)	(8.656)
Ativo fiscal diferido, líquido		2.217.925	2.246.819	(41.554)	(22.272)
Realização do benefício fiscal das incorporações				(17.916)	(6.087)
Total receita (despesa) imposto de renda e contribuição social diferidos				(59.470)	(28.359)

9.3 Benefício fiscal gerado por incorporações:

Benefícios fiscais gerados pelas seguintes incorporações, registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM nºs 319/99 e 349/01, conforme alteradas:

AES Elpa S.A. ("AES Elpa") e Brasiliana Participações S.A. ("Brasiliana Participações") - Incorporação dos ágios das antigas controladoras AES Elpa e Brasiliana Participações, oriundo da reorganização societária concluída em 30 de dezembro de 2016 realizada por meio das cisões parciais da Brasiliana Participações e da AES Elpa, com a incorporação dos acervos cindidos pela Companhia.

O total do benefício fiscal incorporado pela Companhia foi de R\$ 693.897, sendo composto pelos créditos tributários sobre ágio de R\$ 413.863 e pelo benefício fiscal do ágio no montante de R\$ 280.034

Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A ("Enel Sudeste") - Incorporação do benefício fiscal da mais valia (34% sobre a parcela dedutível) do intangível da concessão no montante de R\$ 1.881.558, oriundo da reorganização societária concluída em 06 de novembro de 2019.

A composição do saldo do benefício fiscal das incorporações é como segue:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.03.2020		31.12.2019	
	Ágio/Benefício fiscal	Provisão	Valor líquido	Valor líquido
AES Elpa				
Saldos oriundos da incorporação	515.570	(340.275)	175.295	175.295
Amortização acumulada	(145.705)	96.165	(49.540)	(45.728)
Subtotal	369.865	(244.110)	125.755	129.567
Brasileira Participações				
Saldos oriundos da incorporação	308.058	(203.319)	104.739	104.739
Amortização acumulada	(87.060)	57.459	(29.601)	(27.324)
Subtotal	220.998	(145.860)	75.138	77.415
Enel Sudeste				
Saldos oriundos da incorporação	6.150.317	(4.268.759)	1.881.558	1.881.558
Amortização acumulada	(57.207)	37.496	(19.711)	(7.884)
Subtotal	6.093.110	(4.231.263)	1.861.847	1.873.674
Total do ágio/benefício fiscal de incorporações	6.683.973	(4.621.233)	2.062.740	2.080.656

Os ativos fiscais diferidos decorrentes das incorporações são realizados mensalmente. Vale ressaltar que tais realizações não impactam o resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

9.4 Movimentação dos saldos de tributos e contribuições sociais diferidos:

	31.03.2020
Saldo inicial	4.327.475
Impacto no resultado do período	(59.470)
Impacto no patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes)	12.660
Saldo final	4.280.665

A Companhia estima que os saldos em 31 de março de 2020, referentes aos impostos diferidos ativos, serão recuperados através de geração de lucros tributáveis futuros, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

10. Contratos de concessão público - privados

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo contratual (infraestrutura em construção), ativo financeiro e ativo intangível. Esta segregação ocorre para distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público.

	Nota	31.03.2020	31.12.2019
Ativo contratual	10.1	550.865	466.563
Ativo financeiro da concessão	10.2	4.645.827	4.532.124
Intangível			
Ativo intangível da concessão	10.3	4.128.727	4.240.506
Total dos contratos de concessão público - privado		9.325.419	9.239.193



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

10.1 Ativo contratual (infraestrutura em construção)

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47/IFRS15 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção) pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão.

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures ao custo de construção da infraestrutura, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados (nota explicativa nº 26) a uma taxa média de 5,96% a.a. no trimestre findo em 31 de março de 2020 (6,81% a.a. no trimestre findo em 31 de março de 2019), sobre o ativo contratual (infraestrutura em construção) qualificável.

A movimentação do ativo contratual (infraestrutura em construção) é como segue:

	Nota	Bens em construção	(-) Obrigações especiais	Total do ativo contratual
Saldos em 31 de dezembro de 2019		590.439	(123.876)	466.563
Adições		216.525	(14.507)	202.018
Transferências para intangível da concessão	10.3	(47.246)	1.233	(46.013)
Transferências para o ativo financeiro	10.2	(74.358)	2.655	(71.703)
Saldos em 31 de março de 2020		685.360	(134.495)	550.865

10.2 Ativo financeiro da concessão

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros “valor justo por meio de resultado”, pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição (VNR), acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR).

A movimentação do ativo financeiro da concessão é como segue:

	Nota	31.03.2020
Saldo inicial		4.532.124
Transferência - ativo contratual (infraestrutura em construção)	10.1	71.703
Baixas	25	(1.754)
Atualização do ativo financeiro da concessão	23	43.754
Saldo final		4.645.827

10.3 Intangível da concessão

Os ativos classificados como intangíveis representam o direito da Companhia de cobrar os consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público ao longo do contrato da concessão.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

<u>Ativo intangível da concessão</u>	31.03.2020	31.12.2019
Ativo intangível - custo	7.795.402	7.760.041
Amortização acumulada	(3.666.675)	(3.519.535)
Total do ativo intangível da concessão	4.128.727	4.240.506

A movimentação do ativo intangível é como segue:

	Nota	Intangível	(-) Obrigações especiais	Ativo intangível - custo	Amortização acumulada	Total do ativo intangível da concessão
Saldos em 31 de dezembro de 2019		8.701.147	(941.106)	7.760.041	(3.519.535)	4.240.506
Adições		702	-	702	(166.729)	(166.027)
Baixas		(11.354)	-	(11.354)	4.346	(7.008)
Amortização de obrigações especiais		-	-	-	15.243	15.243
Transferências do ativo contratual	10.1	47.246	(1.233)	46.013	-	46.013
Saldos em 31 de março de 2020		8.737.741	(942.339)	7.795.402	(3.666.675)	4.128.727

11. Ativo e passivo financeiro setorial

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	Saldos em 31.12.2019	Diferimentos	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Atualização monetária	Saldos em 31.03.2020	Valores em constituição	Valores em amortização	Ativo		Passivo	
									Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ativos e passivos financeiros setoriais												
Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA												
	1.551.242	364.487	(396.946)	(80.426)	13.593	1.451.950	1.003.775	448.175	1.511.785	305.679	(314.933)	(50.581)
Energia Itaipu - custo/variação cambial	455.850	306.641	-	-	4.516	767.007	767.007	-	575.255	191.752	-	-
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	13.945	(18.663)	(6.447)	-	(40)	(11.205)	(18.402)	7.197	-	-	(6.604)	(4.601)
Transporte de energia pela rede básica	92.360	23.887	(17.424)	-	880	99.703	81.220	18.483	79.398	20.305	-	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu	25.644	4.884	(5.146)	-	242	25.624	19.672	5.952	20.706	4.918	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	192.433	47.237	(76.830)	-	2.081	164.921	80.195	84.726	144.872	20.049	-	-
Custos de Aquisição de Energia	1.160.833	78.008	(424.100)	(80.426)	9.281	743.596	258.007	485.589	691.554	68.655	(16.613)	-
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER	(389.823)	(77.507)	133.001	-	(3.367)	(337.696)	(183.924)	(153.772)	-	-	(291.716)	(45.980)
Demais ativos e passivos financeiros setoriais	(978.593)	(114.353)	154.663	-	318	(937.965)	(564.905)	(373.060)	95.011	24.719	(665.164)	(392.531)
Neutralidade da Parcela A	34.761	14.585	1.176	-	380	50.902	52.115	(1.213)	37.873	13.029	-	-
Sobrecontratação de energia	(258.568)	19.488	57.041	-	(1.365)	(183.404)	(124.523)	(58.881)	-	-	(152.273)	(31.131)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - 4CRTP	(254.967)	-	18.212	-	-	(236.755)	-	(236.755)	-	-	(72.848)	(163.907)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - 5CRTP	(64.736)	(18.065)	-	-	(770)	(83.571)	(83.571)	-	-	-	-	(83.571)
Risco hidrológico	(500.361)	(149.671)	99.614	-	(3.547)	(553.965)	(455.685)	(98.280)	-	-	(440.043)	(113.922)
Outros	65.278	19.310	(21.380)	-	5.620	68.828	46.759	22.069	57.138	11.690	-	-
Total	572.649	250.134	(242.283)	(80.426)	13.911	513.985	438.870	75.115	1.606.796	330.398	(980.097)	(443.112)
Ativo (passivo) financeiro setorial												

11.1 O aumento no diferimento de energia de Itaipu deve-se basicamente ao aumento da taxa do dólar médio, no trimestre findo em 31 de março de 2020, que foi de R\$ 4,63, enquanto que o dólar médio considerado na tarifa foi de R\$ 3,76.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Fornecedores

	Nota	31.03.2020	31.12.2019
CIRCULANTE			
Itaipu		453.691	477.751
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	12.1	124.490	225.573
Suprimento de energia elétrica		499.473	564.198
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas	28.1	4.160	4.176
Energia livre		61.316	60.661
Encargos de uso de rede elétrica		153.150	147.713
Encargos de uso de rede elétrica - partes relacionadas	28.1	1.507	1.363
Total energia		1.297.787	1.481.435
Materiais e serviços		285.027	366.862
Materiais e serviços - partes relacionadas	28.1	29.698	17.622
Total Fornecedores		1.612.512	1.865.919

12.1 A redução do saldo a pagar o âmbito da CCEE está principalmente relacionada à melhora do cenário hidrológico, impactando em menor custo com risco hidrológico e custos variáveis das usinas termoeletricas.

13. Tributos a pagar

	31.03.2020	31.12.2019
Imposto de renda e contribuição social a pagar:		
CIRCULANTE		
Imposto de renda	16.207	-
Contribuição social	5.997	-
Total	22.204	-
Outros tributos a pagar:		
CIRCULANTE		
Tributos Federais		
PIS	10.105	17.287
COFINS	46.542	79.626
INSS	8.250	8.926
IRRF	468	565
Outros	3.209	5.335
Subtotal - Federais	68.574	111.739
Tributos Estaduais		
ICMS	386.314	401.757
Subtotal - Estaduais	386.314	401.757
Tributos Municipais		
ISS	1.615	1.595
Subtotal - Municipais	1.615	1.595
Total - Outros tributos a pagar	456.503	515.091

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal, em relação ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (IRPJ e CSLL). No trimestre findo em 31 de março de 2020, a Companhia efetuou pagamentos relativos ao imposto de renda retido na fonte (IRRF) no montante de R\$ 2.867.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures

14.1 Os saldos de empréstimos, financiamentos ou debêntures não conversíveis são compostos da seguinte forma:

		31.03.2020							Total Circulante + Não Circulante
		Circulante			Não Circulante				
Vencimento	Taxa efetiva a.a (%) ⁽ⁱ⁾	Encargos	Principal	Total	Principal	Custos a amortizar	Total		
Empréstimos e financiamentos:									
Moeda nacional									
FINEP 2 (i) - c.3	2024	TJLP+5,00	107	11.532	11.639	40.582	-	40.582	52.221
Moeda estrangeira									
Tokio 4131 - a.1	2021	Dólar + 1,36	133	167.681	167.814	-	-	-	167.814
Scotiabank 4131 - a.2	2021	Dólar + 1,65	-	264.064	264.064	-	-	-	264.064
Total - Moeda estrangeira			133	431.745	431.878	-	-	-	431.878
Total - Empréstimos e financiamentos			240	443.277	443.517	40.582	-	40.582	484.099
Debêntures:									
Debêntures - 23ª Emissão (1ª série) - c.2	2021	111,02% do CDI	1.360	-	1.360	704.052	(2.086)	701.966	703.326
Debêntures - 23ª Emissão (2ª série) - c.2	2023	112,85% do CDI	2.766	-	2.766	1.395.948	(5.631)	1.390.317	1.393.083
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série) - c.1	2025	100% do CDI+1,16	13.054	-	13.054	700.000	(10.046)	689.954	703.008
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série) - c.1	2026	100% do IPCA+5,05%	11.881	-	11.881	821.140	(19.159)	801.981	813.862
Total - Debêntures			29.061	-	29.061	3.621.140	(36.922)	3.584.218	3.613.279
Total da dívida			29.301	443.277	472.578	3.661.722	(36.922)	3.624.800	4.097.378

		31.12.2019							Total Circulante + Não Circulante
		Circulante			Não Circulante				
Vencimento	Taxa efetiva a.a (%) ⁽ⁱⁱ⁾	Encargos	Principal	Total	Principal	Custos a amortizar	Total		
Moeda nacional									
Empréstimos e financiamentos:									
FINEP 1 - b.2	2020	4,00	2	1.016	1.018	-	-	-	1.018
FINEP 2 (i) - c.3	2024	TJLP+5,00	126	11.354	11.480	43.539	-	43.539	55.019
Nota Promissória - 6ª emissão - b.1	2020	110,36% do CDI	3.525	215.000	218.386	-	-	-	218.386
Total - Empréstimos e financiamentos			3.653	227.370	230.884	43.539	-	43.539	274.423
Debêntures:									
Debêntures - 23ª Emissão (1ª série) - c.2	2021	111,02% do CDI	11.313	-	11.313	704.052	(2.418)	701.634	712.947
Debêntures - 23ª Emissão (2ª série) - c.2	2023	112,85% do CDI	23.006	-	23.006	1.395.948	(6.034)	1.389.914	1.412.920
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série) - c.1	2025	100% do CDI+1,16	4.506	-	4.506	700.000	(10.498)	689.502	694.008
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série) - c.1	2026	100% do IPCA+5,05%	3.799	-	3.799	809.081	(19.766)	789.315	793.114
Total - Debêntures			42.624	-	42.624	3.609.081	(38.716)	3.570.365	3.612.989
Total da dívida			46.277	227.370	273.508	3.652.620	(38.716)	3.613.904	3.887.412

(i) FINEP – saldo apresentado líquido das subvenções governamentais. O contrato do FINEP 2 (TJLP+5% a.a.) prevê uma redução (benefício de equalização) de 6% condicionada a adimplência e execução dos projetos.

(ii) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos de cada dívida. Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

A Companhia possui operação de conta garantida, com as seguintes características:

Banco	Valor	Vigência	Taxa de juros	Taxa de disponibilização de limite
ABC	R\$ 100.000	Novembro de 2019 até novembro de 2020	CDI + 1,65% a.m.	0,050% a.m. sobre o saldo não utilizado

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Garantias: A 23ª debênture conta com garantia prestada pela Enel Brasil S.A. Para a FINEP, a Companhia possui 3 cartas de fiança como garantia contratada no montante de R\$ 41.344, com taxas contratuais que variam de 0,60% a 0,75% a.a.

14.2 As principais características dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão descritas a seguir:**a) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos durante o trimestre findo em 31 de março de 2020:**

Referência	Descrição	Valor do ingresso em moeda estrangeira	Valor do ingresso em moeda nacional	Data da emissão	Taxa contratual a.a	Pagamentos juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
a.1	TOKIO 4131	US\$ 32.500	R\$ 149.997	março de 2020	Dólar + 1,36% a.a.	Semestral	R\$ 149.997	março de 2021	Reforço de capital de giro
a.2	SCOTIABANK 4131	US\$ 51.181	R\$ 260.000	março de 2020	Dólar + 1,65% a.a.	Semestral	R\$ 260.000	março de 2021	Reforço de capital de giro

(a.1) Em 06 de março de 2020 foi contratado um empréstimo em moeda estrangeira com o Bank of Tokyo (MUFG Bank Ltd.), no valor de US\$ 32.500, correspondente ao valor de R\$ 149.997 com desembolso em 10 de março de 2020, com pagamento de juros semestrais e vencimento final em 08 de março de 2021. Em conjunto com a dívida, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de indexação de "dólar venda" para CDI, seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

(a.2) Em 24 de março de 2020 foi contratado um empréstimo em moeda estrangeira com o Scotiabank no valor de US\$ 51.181, correspondente ao valor de R\$ 260.000 com desembolso em 31 de março, com pagamento de juros semestrais a uma taxa fixa de 1,65% a.a. e vencimento final em 31 de março de 2021. Em conjunto com a dívida, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de indexação de "dólar venda" para CDI, seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

b) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos em exercícios anteriores e liquidados durante o trimestre findo em 31 de março de 2020:

Referência	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Taxa contratual a.a	Pagamentos juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
b.1	NOTAS PROMISSÓRIAS 6 EMISSÃO	R\$ 215.000	setembro de 2019	104% do CDI	Única	R\$ 215.000	março de 2020	Reforço de capital de giro
b.2	FINEP - 1º Protocolo	R\$ 37.096	março de 2012	4,0%	Mensal	Mensal(a partir de fevereiro de 2014)	fevereiro de 2020	Financiamento de projetos de inovação

c) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos em exercícios anteriores e vigentes em 31 de março de 2020:

Referência	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão ou repactuação	Taxa contratual a.a	Pagamentos juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
c.1	24ª Emissão (1ª Série)	R\$ 700.000	setembro de 2018	CDI + 0,80%	Semestral	R\$ 350.000	maio de 2024	Alongamento do perfil de endividamento e investimento em projetos de expansão, renovação ou melhoria no sistema de Distribuição de
	24ª Emissão (2ª Série)	R\$ 800.000	setembro de 2018	IPCA + 4,0134%	Semestral	R\$ 800.000	maio de 2026	
c.2	23ª EMISSÃO (1ª série)	R\$ 704.052	setembro de 2018	108,25% do CDI	Semestral	R\$ 704.052	setembro de 2021	Refinanciamento do passivo e pré pagamento de dívidas
	23ª EMISSÃO - (2ª série)	R\$ 1.395.948	setembro de 2018	111% do CDI	Semestral	R\$ 697.974 R\$ 697.974	setembro de 2022 setembro de 2023	
c.3	FINEP - 2º Protocolo	R\$ 55.301	agosto de 2014	TJLP - 1%	Mensal	Mensal (a partir de	abril de 2024	Financiamento de desenvolvimento de projetos
	FINEP - 2º Protocolo (3ª liberação)	R\$ 41.448	novembro de 2017	TJLP - 1%	Mensal	Mensal	abril de 2024	

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	31.03.2020		31.12.2019	
	R\$	%	R\$	%
Moeda nacional				
CDI	2.782.237	68,39	2.995.912	78,00
TJLP	52.114	1,28	54.893	1,43
Taxa fixa	-	-	1.016	0,03
IPCA	801.981	19,72	789.314	20,54
Moeda estrangeira				
Dólar	431.745	10,61	-	-
Total	4.068.077	100,00	3.841.135	100,00

14.4 Em 31 de março de 2020, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Custos a amortizar	Total
2021	9.114	704.052	(8.135)	705.031
2022	12.871	697.974	(9.021)	701.824
2023	13.781	697.974	(7.769)	703.986
2024	4.816	350.000	(6.092)	348.724
2025	-	350.000	(4.691)	345.309
2026 em diante	-	821.140	(1.214)	819.926
	40.582	3.621.140	(36.922)	3.624.800

14.5 Os indexadores utilizados para atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram a seguinte variação:

	31.03.2020
	%
CDI (*)	3,65
SELIC (*)	3,65
TJLP (*)	5,09
IPCA (**)	0,71
Dólar (*)	5,20

(*) Índice do último dia do trimestre.

(**) Índice acumulado até a data base 31.03.2020

14.6 As movimentações dos empréstimos, financiamentos e debêntures foi como segue:

	Saldo inicial 31.12.2019	Ingressos	Encargos financeiros	Variação monetária	Variação cambial	Pagamentos principal	Pagamentos encargos financeiros	Amortização custos de transação	Outras movimentações	Saldo final 31.03.2020
Empréstimos e financiamentos:										
FINEP	56.037	-	628	-	-	(4.673)	(649)	-	878	52.221
Notas promissórias - 6ª emissão	218.386	-	1.750	-	-	(215.000)	(5.275)	139	-	-
Tokio Bank	-	149.997	133	-	17.684	-	-	-	-	167.814
SCOTIABANK	-	260.000	-	-	4.064	-	-	-	-	264.064
Outros	-	-	620	-	-	-	(620)	-	-	-
Total - Empréstimos e financiamentos	274.423	409.997	3.131	-	21.748	(219.673)	(6.544)	139	878	484.099
Debêntures:										
Debêntures - 23ª emissão	2.125.867	-	23.753	-	-	-	(53.945)	734	-	2.096.409
Debêntures - 24ª emissão	1.487.122	-	16.630	12.058	-	-	-	1.060	-	1.516.870
Total - Debêntures	3.612.989	-	40.383	12.058	-	-	(53.945)	1.794	-	3.613.279
Total da dívida	3.887.412	409.997	43.514	12.058	21.748	(219.673)	(60.489)	1.933	878	4.097.378



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14.7 Conciliação da movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures resultantes das atividades de financiamento do Fluxo de Caixa:

No trimestre findo em 31 de março de 2020, não há diferença entre a movimentação de empréstimos, financiamentos e debêntures da nota explicativa nº 14.6 (ingressos, pagamentos de principal e diferimento de custos de transação) e a atividade de financiamento do fluxo de caixa.

14.8 Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (Covenants)

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas financeiras restritivas (*covenants*) em alguns contratos de dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento do seguinte índice financeiro:

- (i) Capacidade de endividamento: mede o nível de endividamento líquido em relação ao LAJIDA (*EBITDA*) ajustado^(*) dos últimos 12 meses. Conforme definido no contrato, este índice não poderá ser superior a 3,5 vezes.

- (*) LAJIDA (*EBITDA*) ajustado – significa o somatório dos últimos doze meses (i) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil consolidado da Companhia na linha “Resultado Operacional” (excluindo as receitas e despesas financeiras), (ii) de todos os montantes de depreciação e amortização, (iii) de todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada classificado na conta de “custo de operação”, (iv) dos ajustes dos ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado) conforme as regras regulatórias determinadas pela ANEEL, desde que não incluídos no resultado operacional acima, (v) atualização do ativo financeiro da concessão (positivos e negativos no resultado), desde que não incluídos no resultado operacional acima; (vi) provisão para contingências; (vii) provisão para créditos de liquidação duvidosa e (viii) baixas de títulos incobráveis. Em relação a 24ª Debênture, o LAJIDA (*EBITDA*) também é ajustado pela perda na desativação de bens e direitos.

Em 31 de março de 2020, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants*. O não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Adicionalmente, a Companhia também acompanha outras cláusulas restritivas (*covenants* qualitativos), as quais em 31 de março de 2020 foram atendidas.

15. Obrigações por arrendamento – CPC 06 (R2)/IFRS 16

Os saldos em 31 de março de 2020 das obrigações por arrendamentos são demonstrados como segue:

	31.03.2020	Valor Nominal 31.03.2020	Vencimento	Média ponderada de meses remanescentes	Tipo de Amortização	Encargos Financeiros
Obrigação por arrendamento						
CPC 06 / IAS 17:						
Imóveis	123.702	154.145	31/03/2027	62,34	Mensal	de 4,65% a.a até 9,45% a.a
Ativos de tecnologia	14.830	15.804	31/05/2022	27,00	Mensal	6,57% a.a
Veículos e outros meios de transporte	5.786	7.224	01/11/2023	44,00	Mensal	13,39% a.a
CPC 06 (R2) / IFRS 16:						
Terrenos	5.382	6.369	01/01/2024	44,18	Mensal	de 8,43% a.a até 10,32% a.a
Imóveis	81.306	108.183	19/01/2027	70,34	Mensal	de 4,01% a.a até 11,25% a.a
Veículos e outros meios de transporte	36	37	31/05/2020	2,00	Mensal	de 8,93% a.a até 8,97% a.a
Ativos de tecnologia	16.826	17.469	28/02/2021	10,73	Mensal	de 8,97% a.a até 8,97% a.a
Total - Obrigação por arrendamento	247.868	309.231				
Circulante	70.914	86.572				
Não circulante	176.954	222.659				
	247.868	309.231				

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de março de 2020, as parcelas relativas as obrigações por arrendamento no passivo circulante e não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	CPC 06 (R2) / IFRS 16		CPC 06 / IAS 17		TOTAL		Total circulante + não circulante
	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	
2021 - 2022	20.284	(6.437)	35.232	(8.619)	55.516	(15.056)	40.460
2022 - 2023	18.336	(5.066)	29.745	(6.516)	48.081	(11.582)	36.499
2023 - 2024	15.580	(3.792)	20.318	(4.728)	35.898	(8.520)	27.378
2024 - 2025	13.113	(2.703)	18.436	(3.367)	31.549	(6.070)	25.479
2025 em diante	23.305	(2.082)	28.310	(2.395)	51.615	(4.477)	47.138
	90.618	(20.080)	132.041	(25.625)	222.659	(45.705)	176.954

A seguir é demonstrada a movimentação dos ativos de direito de uso (imobilizado arrendado) e das obrigações por arrendamentos:

Ativo de direito de uso (Imobilizado arrendado):	Saldo inicial 31.12.2019	Amortizações	Saldo final 31.03.2020
CPC 06 / IAS 17:			
Imóveis	4.377	(285)	4.092
Ativos de tecnologia	13.769	(1.424)	12.345
Veículos e outros meios de transporte	109.412	(5.440)	103.972
CPC 06 (R2) / IFRS 16:			
Terrenos	5.301	(341)	4.960
Imóveis	79.113	(3.853)	75.260
Veículos e outros meios de transporte	86	(52)	34
Ativos de tecnologia	18.748	(4.125)	14.623
Total - Ativo de direito de uso (Imobilizado arrendado)	230.806	(15.520)	215.286

Obrigações por arrendamentos:

	CPC 06 (R2) / IFRS 16	CPC 06 / IAS 17	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2019	110.930	150.952	261.882
Amortizações	(9.876)	(9.611)	(19.487)
Encargos provisionados	2.497	2.976	5.473
Saldo em 31 de março de 2020	103.551	144.317	247.868

16. Obrigações com benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. Está previsto em seu acordo coletivo o programa de incentivo à aposentadoria (PIA), cujo benefício é o pagamento da multa do FGTS na aposentadoria para os colaboradores elegíveis que aderirem ao programa.

O total de obrigações com benefícios pós-emprego está demonstrado a seguir:

	31.03.2020	31.12.2019
<u>Previdência privada</u>		
Obrigações registradas com previdência privada	5.760.285	5.868.638
<u>FGTS PIA (multa FGTS na aposentadoria)</u>		
Obrigações registradas com pagamento da multa do FGTS na aposentadoria	130.356	126.143
Total obrigações com benefícios pós-emprego	5.890.641	5.994.781
Circulante	10.998	12.358
Não circulante	5.879.643	5.982.423
Total	5.890.641	5.994.781

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 13 de abril de 2020 (com vigência a partir de maio de 2020) foi aprovada a alteração regulamentar para o encerramento das contribuições previdenciárias de participantes e patrocinadora nos planos de Benefício Definido - BD e de Contribuição Definida- CD, exceto as destinadas à taxa de administração e amortização de eventual déficit. Adicionalmente, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC), a abertura de novo plano CD, exclusivo para adesão dos colaboradores que efetuavam contribuições nesses planos.

Contratos com a FUNCESP

A Companhia com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a FUNCESP a partir de 1997, na forma de contratos de confissão de dívida e contrato de ajustes de reserva matemática. Esses contratos fazem parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis:

Previdência Privada	31.03.2020	31.12.2019
Empréstimos e financiamentos:		
Confissão de dívida IIa	452.922	433.234
Confissão de dívida IIb	235.095	224.876
Contrato de ajustes de reserva matemática	2.936.362	2.928.662
Total dos contratos	3.624.379	3.586.772
Diferença entre premissas	2.135.906	2.281.866
Total registrado	5.760.285	5.868.638

Detalhes dos contratos com a FUNCESP podem ser verificados na nota explicativa 16.1.1 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2019.

16.1 Informações relevantes dos benefícios pós-emprego**(a) A movimentação contábil do passivo registrado é como segue:**

	31.03.2020
Saldo inicial	5.994.781
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial	8.458
Juros líquidos conforme laudo atuarial	103.305
Pagamento de contribuições BD e FGTS	(215.903)
Saldo final	5.890.641

(b) Despesas reconhecidas no resultado dos trimestres:

	31.03.2020	31.03.2019
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial	6.411	5.509
Capitalização para infraestrutura em construção	(1.338)	(109)
Outras contribuições - contribuição definida	1.113	255
Despesas nos trimestres com benefícios pós-emprego	6.186	5.655
Custo dos juros das obrigações com benefícios pós-emprego	268.167	271.279
Rendimento esperado dos ativos do plano	(164.862)	(190.242)
Total dos juros (líquidos) de benefícios pós-emprego conforme laudo atuarial	103.305	81.037
Total das despesas nos trimestres	109.491	86.692



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisões para processos judiciais e outros

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Depósitos Vinculados: A Companhia classifica os saldos de depósitos vinculados como instrumentos financeiros “custo amortizado”, pois o modelo de negócio da Companhia, tem o objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Esses recebíveis não têm componentes financeiros significativos (juros) incluídos no fluxo de caixa do ativo, sendo corrigidos pela TR (taxa referencial) mais juros entre 3% a 6% ao ano (processos trabalhistas), pela taxa Selic (processos fiscais), pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA) ou pelo índice da Tabela Prática do Tribunal de Justiça de São Paulo (processos cíveis). Pela natureza deste ativo, a Companhia não pode realizar o resgate, venda, desconto em instituições financeiras ou securitização.

Os cauções e depósitos vinculados, estão depositados em instituições que a Companhia avalia de baixo risco. Não há histórico de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui cauções e depósitos vinculados. Desse modo, no trimestre findo em 31 de março de 2020 não foi registrada nenhuma perda esperada associada aos ativos sob a rubrica cauções e depósitos judiciais, e os mesmos são objeto de monitoramento contínuo pela Companhia.

Depósitos por tipo de prognóstico de perda	31.03.2020	31.12.2019
Depósitos judiciais - processos prováveis	311.991	322.667
Depósitos judiciais - processos possíveis	521.581	439.084
Depósitos judiciais - processos remotos	56.423	47.118
	889.995	808.869

A variação de depósitos vinculados de processos possíveis está relacionada a execução fiscal visando à cobrança de multa de ofício, relativa à COFINS processo que após decisão desfavorável de 1ª instância e, para manter o débito suspenso, a Companhia teve que substituir a fiança bancária por depósito em dinheiro em 13 de fevereiro de 2020. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 17.2 (c.1).

Cartas de fiança, seguros garantia: Em 31 de março de 2020, a Companhia possui cartas de fiança e seguros garantia para processos judiciais conforme relação a seguir:

Natureza	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	62	1.988.382	1,00% a 3,00%
Cível	54	353.416	0,20% a 2,35%
Trabalhista	171	249.433	0,20% a 2,35%
Regulatório	9	255.523	0,20% a 1,75%

17.1 Provisões relacionadas a processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo inicial 31.12.2019	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Saldo final 31.03.2020	Depósitos vinculados 31.03.2020	Depósitos vinculados 31.12.2019
Processos trabalhistas (a):	334.661	17.426	4.528	(10.266)	(6.863)	339.486	161.981	194.294
Processos cíveis (b):	246.768	8.319	7.199	(4.742)	(16.140)	241.404	6.542	2.274
Processos regulatórios (c)	119.999	10.764	1.602	-	-	132.365	-	-
Processos fiscais (d)								
PIS/COFINS sobre receitas financeiras (d.1)	129.805	3.490	1.140	-	-	134.435	142.514	114.890
IRPJ e CSLL sobre juros moratórios (d.2)	70.300	-	365	-	-	70.665	-	-
Outros processos fiscais (d.3)	5.355	3	75	(9)	(39)	5.385	954	2.179
Processos ambientais (e)	4.565	333	367	(333)	-	4.932	-	-
Outros processos	10.639	84	2	(84)	-	10.641	-	-
Total	922.092	40.419	15.278	(15.434)	(23.042)	939.313	311.991	313.637
Circulante	348.486					288.914		
Não circulante	573.606					650.399		
Total	922.092					939.313		

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir, podem não ser realizadas nos períodos estimados devido ao andamento futuro dos processos.

a) Processos trabalhistas:

A Companhia está envolvida em 4.020 processos, sendo 3.624 processos demandados por empregados e ex-empregados próprios e terceirizados, 21 processos de natureza previdenciária e 375 ações de complementação de aposentadoria que tramitam na Justiça Comum (4.054 processos, sendo 3.525 de natureza trabalhista demandados por empregados e ex-empregados próprios e terceirizados, 20 processos de natureza previdenciária e 409 ações de complementação de aposentadoria que tramitam na Justiça Comum em 31 de dezembro de 2019) pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria entre outros. A Companhia mantém provisão para 839 processos (838 em 31 de dezembro de 2019).

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos entre 2020 e 2025.

b) Processos cíveis:

A Companhia está envolvida em processos cíveis relacionados a (i) autos de Infração lavrados pelo Procon/SP em virtude de supostas violações ao Código de Defesa do Consumidor; (ii) processos relacionados a multas de trânsito; (iii) multas posturais por supostas irregularidades relacionadas à sua operação, ajuizadas pelas municipalidades de sua área de concessão; e (iv) outros processos cíveis de natureza geral e especial, envolvendo ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral, questões imobiliárias, ações com agentes governamentais, questionamentos envolvendo plano cruzado, relacionamento comercial da Companhia com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos bem como ações envolvendo agentes fiscalizadores, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público, dentre outros.

c) Processos regulatórios:

A Companhia possui 9 autos de infração (8 em 31 de dezembro de 2019) relacionados à supostas não conformidades, sendo 5 discutidos no âmbito administrativo junto à ANEEL e 3 no âmbito judicial.

c.1) Processos regulatórios em fase judicial:

Auto de Infração	Data de Recebimento	Natureza	Última Decisão	Provável	Possível
nº 0015/TN170	Maio de 2000	Inclusão de valores do poder público na provisão de créditos de liquidação duvidosa - PCLD	Julho de 2012 - Desfavorável em 2ª Instância	23.226	-
nº 0014/2015	Setembro de 2015	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2014)	Outubro de 2019 - Desfavorável em 1ª instância	3.608	31.133
nº 0010/2016	Janeiro de 2016	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2013)	Aguardando decisão	17.584	50.478
Total				44.417	81.611



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia mantém contratada carta fiança para o auto 015/TN170, e seguro garantia para os autos 014/2015 e 001/2016. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os autos serão concluídos até 2025.

O montante de R\$ 81.611 é classificado como probabilidade de perda possível, consequentemente nenhuma provisão foi constituída. Para maiores informações, vide nota explicativa nº 17.2 (b.3).

c.2) Processos regulatórios em fase administrativa:

Auto de Infração	Data de Recebimento	Natureza	Última Decisão	Provável	Possível
nº 0063/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2012)	Março 2020 - Desfavorável	19.866	4.985
nº 0064/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2015)	Novembro 2018 - Favorável Parcial em 1ª instância	21.007	3.852
nº 1008/2018	Dezembro de 2018	Irregularidade do tratamento as manifestações de consumidores por meio de centrais de teleatendimento e ouvidoria.	Aguardando decisão	21.330	19.886
nº 0006/2019	Agosto de 2019	Verificação de cumprimento de determinação no processo de Nivel de Tensão 2009 e 2010	Aguardando decisão	3.009	-
nº 0010/2019	Novembro de 2019	Ineficiência na identificação da gravidade e extensão de danos causados aos consumidores, provocado por curto circuito de longa duração.	Aguardando decisão	11.326	2.420
nº 0001/2020	Março de 2020	Ineficiência na identificação da gravidade e extensão de danos causados a linha de transmissão aérea, envolvendo a queda de uma árvore na linha entre as subestações sul e bandeirantes.	Aguardando decisão	10.802	2.759
Total				87.339	33.902

Com relação ao AI nº 0063/2017, em despacho emitido em 31 de março de 2020, a Aneel decidiu por não dar provimento ao recurso administrativo interposto pela Companhia e manteve a aplicação de multa no valor de R\$ 21.674. A Companhia ajuizará ação, buscando suspender a exigibilidade das penalidades aplicadas e determinações decorrentes.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os autos serão concluídos em até 2 anos.

O montante de R\$ 33.902 é classificado como probabilidade de perda possível, consequentemente nenhuma provisão foi constituída. Para maiores informações, vide nota explicativa nº 17.2 (b).

d) Processos fiscais:

d.1) PIS/COFINS sobre receitas financeiras: A Companhia discute judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras. Foram proferidas decisões desfavoráveis em 1ª e 2ª instâncias e a Companhia interpôs recursos especial e extraordinário, que permanecem sobrestados até o julgamento de recurso representativo da controvérsia pelo Supremo Tribunal Federal – STF. A decisão proferida pelo STF, será replicada em todos os processos de mesma matéria, no território nacional. Baseado na opinião de seus assessores jurídicos, estima-se que esse processo será concluído até 2022. Para obter a suspensão da exigibilidade do débito, a companhia, mensalmente, deposita em juízo o valor em discussão.

d.2) IRPJ e CSLL sobre juros moratórios: A Companhia discute judicialmente a incidência de IRPJ e CSLL sobre receitas auferidas a título de juros moratórios, em razão do atraso no adimplemento de obrigações contratuais por terceiros. Em março de 2012, foi proferida decisão favorável em 1ª instância e aguarda-se julgamento em 2ª instância do recurso apresentado pela Fazenda Nacional. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima-se que esse processo será concluído nos próximos 5 anos. Os débitos em discussão estão suspensos, em razão de liminar concedida pelo Juiz de 1ª instância.

d.3) Outros processos fiscais: Processos fiscais de natureza geral, dentre os quais se destacam os casos de IPTU e taxas, principalmente de fiscalização e funcionamento de estabelecimentos. Nesses casos, as suspensões das exigibilidades dos débitos foram obtidas por meio de depósitos judiciais e oferecimento de garantias – fianças e seguros.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Processos ambientais:

Os órgãos ambientais de São Paulo acompanham atividades de gerenciamento ambiental de alguns imóveis da Companhia, por meio de processos administrativos próprios, levando a Companhia, com base em estudos técnicos, a reconhecer provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação. Dentre esses processos, destacam-se as demandas relacionadas a solo e água subterrânea as quais, em sua maioria, encontram-se em fase de monitoramento para encerramento perante os órgãos ambientais, tais como as Estações transformadoras de distribuição e alguns imóveis, bem como o processo judicial Represa de Guarapiranga descrito a seguir:

- e.1) Represa Guarapiranga:** Em setembro de 1996, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP) moveu ação civil pública em face da Companhia e da Associação Desportiva Cultural visando à reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente condenando as rés, solidariamente, ao cumprimento das seguintes obrigações de fazer: (i) regularização de construções em áreas denominadas de "segunda categoria" e, (ii) demolição total das obras e construções situadas na área denominada de "primeira categoria", com o plantio de árvores em lugares determinados em perícia. A decisão determina ainda o pagamento de indenização ou, alternativamente, a implantação de um projeto ambiental. A decisão de mérito desfavorável à Companhia transitou em julgado em 10 de agosto de 2012. Em janeiro de 2013 o processo retornou à 1ª instância e teve início a execução. A Companhia segue em tratativas com o Ministério Público, a Secretaria do Meio Ambiente – SMA e o Departamento de Parques e Áreas Verdes para a implementação de um projeto ambiental (restauração ecológica) nos Parques Municipais Jaceguava e Itaim.

17.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Valor estimado da contingência	
	31.03.2020	31.12.2019
Processos cíveis (a)	561.754	504.253
Processos cíveis diversos	561.754	504.253
Enquadramento de consumidores - ação civil pública	Não determinado	Não determinado
Ação civil pública - contas vencidas - 90 dias	Não determinado	Não determinado
Revisão tarifária - exclusão de valores - contratos bilaterais	Não determinado	Não determinado
Revisão tarifária - inclusão benefício fiscal	Não determinado	Não determinado
Uso da faixa de domínio de rodovias	Não determinado	Não determinado
Ação civil pública – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC	Não determinado	Não determinado
(a.1) Arbitragem Neoenergia	Não determinado	Não determinado
Processos regulatórios (b)	1.394.879	1.372.736
Devolução tarifária - Base Blindada	902.997	888.028
Ação Anulatória – AI 122/2012 – Base de Remuneração Regulatória (BRR)	184.551	183.523
Autos de Infração - Indicadores de continuidade	96.411	95.793
Ação Anulatória – AI 008/2012 – Ativo imobilizado em serviço (AIS/2010)	91.508	91.013
Autuações PCLD – Provisão para créditos de liquidação duvidosa	72.880	70.707
Outros processos regulatórios	46.532	43.672
Processos fiscais (c)	2.546.181	2.538.931
CSLL – base negativa	152.461	151.836
Execuções fiscais municipais – diversas	96.540	92.675
PIS – Estatuto da decadência	242.487	241.884
COFINS – anistia	161.687	161.329
(c.1) COFINS – Multa de Ofício	70.786	70.786
Autos de infração de ICMS – Estornos de débitos	154.134	153.174
Plano Suplementar de Aposentadoria e Pensão	172.171	171.544
PIS – Decretos-Lei nos 2.445/1988 e 2.449/1988	655.274	653.098
FINSOCIAL	224.391	223.272
PIS - Compensações Decretos (Créditos Remanescentes)	157.755	156.866
Autos de infração de ICMS - Ativo imobilizado	127.011	126.030
Contribuição para o custeio da iluminação pública – COSIP – São Paulo/SP - 2011 a 2015	135.323	130.586
Multa Isolada - PIS Compensações - Créditos Remanescentes	45.707	45.263
Autos de infração de PIS/COFINS – Glosa de créditos	82.204	81.567
Outros processos fiscais	68.250	79.021
Processos trabalhistas (d)	1.066.649	1.092.109
Ação Civil Pública – Terceirização	Não determinado	Não determinado
Ações de periculosidade - Sede barueri	122.999	117.142
(d.1) Recolhimentos do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	95.565	94.898
Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLDs) – execuções fiscais	63.663	53.042
Contribuição Previdenciária – SAT	43.127	44.013
Outros processos trabalhistas	741.295	783.014

Os processos não detalhados nas presentes informações contábeis intermediárias não tiveram alterações relevantes, exceto às regulares atualizações de valores. As descrições e históricos detalhados podem ser verificados na nota explicativa nº 17.2 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

(a) Processos cíveis:

(a.1) Arbitragem Neoenergia: Trata-se de arbitragem proposta pela Neoenergia em face da Companhia perante a Câmara de Arbitragem do Mercado – CAM com base no Acordo de Investimento celebrado entre a Companhia e a Neoenergia em 16 de abril de 2018. Em 21 de fevereiro de 2020, foi proferida decisão favorável à Companhia, negando todos os pedidos formulados pela Neoenergia. Esse caso é tratado sob confidencialidade, razão pela qual a Companhia limitou-se em divulgar as informações acima descritas.

(c) Processos fiscais:

(c.1) COFINS – Multa de ofício: Trata-se de Execução Fiscal visando à cobrança de multa de ofício, relativa à COFINS, no período de abril de 1992 a março de 1993, quitada por meio de programa de



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

parcelamento (anistia fiscal instituída pela MP nº 2.158/1999). Em junho de 2018, a Companhia opôs Embargos à Execução, julgados improcedentes em 1ª instância, uma vez que o Juiz entendeu que a anistia fiscal instituída pela MP nº 2.158/1999 não previa descontos para multas de ofício, apenas juros e multa de mora. Em abril de 2019, a Companhia interpôs recurso de apelação, que aguarda julgamento. A multa de ofício não sofre atualização. Após decisão desfavorável de 1ª instância e, para manter o débito suspenso, a Companhia teve que substituir a fiança bancária por depósito em dinheiro em 13 de fevereiro de 2020.

(d) Processos trabalhistas:

(d.1) Recolhimentos do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço: Em novembro de 1998 foram lavradas pela Caixa Econômica Federal três notificações relativas à suposta falta de recolhimento de FGTS durante o período de janeiro de 1993 a setembro de 1998. A exigência fiscal integralmente foi mantida na esfera administrativa, e nesse caso a Companhia mantém contratado seguro garantia. Sentença de mérito favorável em parte para Companhia, com apelação da União pendente de julgamento no Tribunal. Em 08 de janeiro de 2020 a Companhia manifestou-se sobre a Execução Fiscal intentada pela União, a qual está suspensa até julgamento final da ação principal ingressada pela Companhia.

18. Encargos setoriais

Os encargos setoriais são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Seus valores constam de resoluções ou despachos da ANEEL e são recolhidos pelas distribuidoras por meio da conta de energia. Cada um dos encargos possui objetivos predefinidos.

	31.03.2020	31.12.2019
CIRCULANTE		
Pesquisa e desenvolvimento	107.813	101.027
Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico	2.325	2.306
Ministério de Minas e Energia	1.163	1.153
Eficiência energética	280.073	269.934
Encargos do consumidor - Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias	-	43.473
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	1.579	1.579
Outros encargos	61	62
Total	393.014	419.534
NÃO CIRCULANTE		
Pesquisa e desenvolvimento	35.638	34.553
Total	35.638	34.553

19. Contas a pagar – Acordo Eletrobras

Em 9 de março de 2018, a Companhia celebrou acordo com a Eletrobras e seus advogados visando encerrar disputa judicial que envolvia a Eletrobras, a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”) e a Companhia, relativa ao saldo de encargos financeiros referentes ao empréstimo concedido em 1986 pela Eletrobras à empresa estatal (ECF-1.046/1986), que posteriormente foi cindida, dando origem à quatro companhias, entre as quais a Companhia e a CTEEP atuais. Em 25 de abril e 10 de junho de 2019 foi certificado o trânsito em julgado dos acordos com a Eletrobras e com os advogados, restando atendidas todas as condições para início dos pagamentos. As parcelas são atualizadas por CDI+1% a.a..

O cronograma de realização das parcelas relativas ao acordo, têm os seguintes vencimentos:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cronograma de pagamento	Parcela	Principal	Principal + correção
Junho de 2020	2ª - Eletrobras	300.000	345.395
Junho de 2021	3ª - Eletrobras	300.000	345.395
Junho de 2022	4ª - Eletrobras	300.000	345.395
Junho de 2023	5ª - Eletrobras	250.000	291.026
Junho de 2023	2ª - Advogados	50.000	50.825
			1.378.036

Não existem compromissos financeiros contratuais (*covenants*) relacionados ao acordo firmado.

20. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

O STF decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que estão pendentes de julgamento, buscando a modulação dos efeitos e alguns esclarecimentos. A Companhia possui dois processos judiciais que discutiram a tese.

No primeiro processo, em 28 de fevereiro de 2019 a Companhia foi cientificada do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS incidente em suas operações próprias das bases de cálculo do PIS e da COFINS, no período compreendido entre dezembro de 2003 e dezembro de 2014.

No segundo processo, referente ao período de janeiro de 2015 em diante, a Companhia em 18 de março de 2020 foi cientificada do trânsito em julgado da decisão favorável proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Desse modo, em conformidade com a decisão definitiva, a Companhia a partir do recolhimento de março de 2020 passará a calcular os valores a recolher de PIS e de COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, relativamente aos períodos abrangidos, a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar que atualizados correspondem ao montante de R\$ 5.024.434 e passivo de R\$ 4.992.983, referente ao primeiro processo, e constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais, que atualizados correspondem ao montante de R\$ 2.271.100, referente ao segundo processo, por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia. A Companhia adotará os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31.03.2020	31.12.2019
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar			
<u>Ativo circulante</u>	8	662.038	578.763
<u>Ativo não circulante</u>	8	6.633.496	4.426.554
Total Ativo		7.295.534	5.005.317
PIS/COFINS - consumidores a restituir			
<u>Passivo circulante</u>		662.038	578.763
<u>Passivo não circulante</u>		6.602.045	4.395.313
Total Passivo		7.264.083	4.974.076
		31.03.2020	
Resultado			
Receita operacional bruta			
PIS/COFINS - consumidores a restituir	23	(1.903.456)	
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	23	1.903.456	
Receita financeira			
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar		386.761	
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir		(386.761)	
Efeito líquido no resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		-	

21. Patrimônio líquido**21.1 Capital social**

O capital social autorizado é de R\$ 3.248.680 em ações ordinárias, todas nominativas escriturais e sem valor nominal. O capital social poderá ser aumentado mediante a emissão de ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, até o limite do capital social autorizado.

Em 31 de março de 2020 o capital social da Companhia é de R\$ 3.079.525 totalmente subscrito e integralizado, dividido em 197.466.862 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

21.2 Composição acionária:

Acionistas:	Nota	31.03.2020		31.12.2019	
		Ordinárias		Ordinárias	
		Quantidade	%	Quantidade	%
ENEL Brasil S.A		197.466.862	100,00	197.466.862	100,00
Total das ações ordinárias em poder dos acionistas		197.466.862	100,00	197.466.862	100,00

21.3 Reservas de capital

	Nota	31.03.2020	31.12.2019
Reserva especial - gerada por incorporações	9.3	2.267.883	2.267.883
Outras reservas de capital		547	547
Total		2.268.430	2.268.430

As reservas de capital seguem as definições do seu estatuto social e legislação societária brasileira. A reserva especial foi gerada pelas reorganizações societárias ocorridas em 2016 e 2019 – vide nota explicativa nº 9.3.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21.4 Ajustes de avaliação patrimonial / outros resultados abrangentes

Os saldos de ajustes de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes são compostos pela mais valia dos ativos registradas em 1998 e 2007, pelas perdas atuariais líquidas do plano de pensão e FGTS e variação dos valores justos do *hedge* de fluxo de caixa.

A composição desses saldos é como segue:

	Nota	31.03.2020	31.12.2019
Ajuste de avaliação patrimonial		1.211.278	1.237.401
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.2	(411.835)	(420.717)
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido		799.443	816.684
Outros resultados abrangentes - plano de pensão		(4.609.398)	(4.609.398)
Outros resultados abrangentes - FGTS PIA (multa 40%)		(28.155)	(28.155)
Outros resultados abrangentes - derivativo	30.1.1	3.416	40.650
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.2	1.575.608	1.562.948
Outros resultados abrangentes, líquido		(3.058.529)	(3.033.955)
Total registrado no patrimônio líquido		(2.259.086)	(2.217.271)

22. Resultado por ação

O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes.

22.1 Demonstração do cálculo do resultado por ação - básico/diluído

A tabela a seguir apresenta o lucro básico/diluído por ação para os trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019:

	31.03.2020	31.03.2019
Numerador:		
Lucro líquido do período	155.231	69.051
Denominador (em milhares de ações):		
Número de ações ordinárias	197.467	197.457
Lucro básico e diluído por ação (em Reais - R\$)	0,78611	0,34970

Para cálculo do denominador comum, foi considerado o número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

23. Receita operacional líquida

A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado.

O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre após o cumprimento da obrigação de desempenho e transferência dos bens e serviços para o consumidor, refletindo a contraprestação que a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os principais componentes da receita operacional líquida estão detalhados na nota explicativa nº 23 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2019.

Nota	31.03.2020			31.03.2019		
	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	6.905.409	4.049.903	2.785.735	6.795.158	4.220.265	2.714.884
Industrial	25.676	624.327	382.433	25.964	733.342	427.602
Comercial	410.048	2.580.054	1.650.354	403.599	2.880.745	1.730.974
Rural	570	8.108	2.306	564	8.344	2.135
Poder público	15.701	286.868	160.321	15.863	310.775	164.340
Iluminação pública	2.959	187.945	72.051	1.146	197.048	69.669
Serviço público	1.401	113.120	59.447	1.366	119.211	59.018
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(2.377.085)	-	-	(2.123.296)
Subtotal - fornecimento	7.361.764	7.850.325	2.735.562	7.243.660	8.469.730	3.045.326
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Não faturado	-	-	(91.518)	-	-	(80.769)
PIS/COFINS consumidores a restituir	20	-	(1.910.273)	-	-	-
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	20	-	1.910.273	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	-	-	2.377.085	-	-	2.123.296
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (livre)	1.683	2.819.922	446.255	1.352	2.703.041	329.701
(-) DIC/FIC/DMC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	(15.483)	-	-	(17.683)
Energia no curto prazo	-	183.341	(36.762)	-	118.484	(64.698)
Energia no MVE - Mecanismo de venda de excedente	-	-	-	-	108.050	16.766
Receita de construção	-	-	202.061	-	-	198.605
Aluguel de poste	-	-	37.043	-	-	34.060
Receitas com partes relacionadas	28.1	-	293	-	-	288
Outras receitas	-	-	7.588	-	-	5.413
Total receitas - originadas de contratos com clientes	7.363.447	10.853.588	5.662.124	7.245.012	11.399.305	5.590.305
Outras receitas						
Subvenção de recursos da CDE	-	-	95.278	-	-	89.381
Ativo e passivo financeiro setorial	11	-	7.851	-	-	92.184
Atualização do ativo financeiro da concessão	10.2	-	43.754	-	-	50.166
Total outras receitas	-	-	146.883	-	-	231.731
Receita operacional bruta	7.363.447	10.853.588	5.809.007	7.245.012	11.399.305	5.822.036
Deduções da receita operacional bruta						
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(33.929)	-	-	(32.052)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(559.887)	-	-	(733.719)
Encargos do consumidor - PROINFA	-	-	(26.172)	-	-	(21.924)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	(35.663)	-	-	(141)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(4.738)	-	-	(3.433)
ICMS	-	-	(1.033.411)	-	-	(1.039.205)
COFINS - corrente	-	-	(371.455)	-	-	(430.270)
PIS - corrente	-	-	(80.596)	-	-	(93.330)
ISS	-	-	(46)	-	-	(47)
Total das deduções da receita operacional bruta	-	-	(2.145.897)	-	-	(2.354.121)
Receita operacional líquida	7.363.447	10.853.588	3.663.110	7.245.012	11.399.305	3.467.915

Bandeiras tarifárias

Conforme determinado pelo Decreto nº 8.401, emitido em 4 de fevereiro de 2015, foi criada a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE foi designada pela criação e manutenção da CCRBT, sendo os valores a serem repassados e/ou compensados homologados mensalmente pela ANEEL, por meio da emissão de nota técnica.

Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelas distribuidoras podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCRBT. Os recursos disponíveis nesta conta são repassados às distribuidoras considerando (i) os valores efetivamente realizados das variações relativas aos custos de geração e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo; e (ii) a cobertura tarifária vigente de cada distribuidora.

A Companhia registrou os seguintes valores:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Competência	Bandeiras tarifárias				
	Valores faturados	Valores não faturados	Repasso à CCRBT	Recebimento da CCRBT	Custo coberto pelas bandeiras tarifárias (recebido via arrecadação e repasse CCRBT)
2019	438.797	-	(39.423)	79.366	478.740
2020	54.528	-	(2.205)	9.284	61.607

A Companhia apresenta a seguir o comparativo dos custos incorridos com a respectiva cobertura das bandeiras tarifárias:

	Custo total a ser coberto pela Bandeira Tarifária	Custo coberto pelas Bandeiras Tarifárias (recebido via arrecadação e repasse CCRBT)	Saldo coberto (devolvido) no Processo Tarifário	Saldo da CCRBT
Acumulado até dezembro/2017	(3.125.039)	2.600.293	(70.711)	(595.457)
Exercício de 2018	(937.632)	837.978	568.711	469.057
Exercício de 2019	(558.393)	478.740	318.521	238.868
Exercício de 2020	90.639	61.607	-	152.246
Total	(4.530.425)	3.978.618	816.521	264.714

A Companhia retém o superávit da CCRBT no montante de R\$ 264.714, referente ao ciclo tarifário vigente.

24. Custo do serviço de energia elétrica

	Nota	MWh		R\$	
		31.03.2020	31.03.2019	31.03.2020	31.03.2019
Energia elétrica comprada para revenda:					
Itaipu		2.069.385	2.106.900	(692.363)	(507.832)
ANGRA 1 e 2		386.065	396.995	(107.810)	(101.032)
Compra - CCEE		-	332.781	-	(272.784)
Compra - CCEAR		4.517.896	4.433.642	(1.018.379)	(1.028.112)
Quotas de garantia física / CCEAR - Partes relacionadas	28.1	62.814	86.576	(12.085)	(16.193)
Quotas de garantia física		2.370.069	2.425.100	(249.686)	(226.749)
Risco hidrológico		-	-	(84.915)	(65.745)
(-) Ressarcimento - leilões de energia		-	-	21.768	43.082
(-) Créditos de PIS/COFINS		-	-	192.468	192.880
Subtotal		9.406.229	9.781.994	(1.951.002)	(1.982.485)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA		797.156	184.877	(52.184)	(75.096)
Total		10.203.385	9.966.871	(2.003.186)	(2.057.581)

	Nota	31.03.2020	31.03.2019
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição:			
Uso da rede básica		(360.503)	(338.832)
Uso da rede básica - partes relacionadas	28.1	(4.534)	(4.860)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER		(3.521)	(49.274)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo	24.1	-	71.782
Transporte de energia - Furnas/Itaipu		(52.795)	(51.600)
Operador Nacional do Sistema - ONS		(7.705)	(10.108)
Custo do Uso do Sistema de Distribuição - CUSD		(2.508)	(2.392)
Conexão a Rede Básica - CTEEP		(23.719)	(23.780)
(-) Créditos de PIS/COFINS		42.106	44.785
Total		(413.179)	(364.279)

24.1 O alívio financeiro retroativo ocorre quando há sobras de recursos do tratamento de exposições em função da diferença de preços entre os submercados para alívio de despesas com ESS. Os valores são calculados e repassados nas liquidações financeiras pela CCEE.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Outras receitas e despesas operacionais

	Nota	31.03.2020	31.03.2019
Ganhos líquidos na alienação de bens e direitos		(14)	2.105
Arrendamentos e aluguéis		(2.894)	(4.323)
Arrendamentos e aluguéis - partes relacionadas	28.1	(227)	-
Seguros		(1.783)	(1.076)
Tributos		(8.923)	(12.183)
Compartilhamento de infraestrutura outros - partes relacionadas	28.1	(64)	-
Doações, contribuições e patrocínios		(1.047)	(875)
Tarifa bancária		(13.279)	(15.550)
Publicidade		(130)	(156)
Responsabilidade social		(45)	-
Perdas na desativação de bens e direitos		(1.377)	(3.866)
Indenização por danos elétricos e não elétricos - PID		(5.542)	(6.590)
Baixa do ativo financeiro da concessão	10.2	(1.754)	(3.769)
Taxa de administração do plano - Funcesp		(1.915)	(3.199)
Multa de mora - 2% - faturas a receber em atraso		31.091	30.266
Penalidades - devoluções a consumidores		(1.661)	(878)
Multa de mora - pagamento de fornecedores		(350)	(1.572)
Outros		(3.789)	(697)
Total		(13.703)	(22.363)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Resultado financeiro

	Nota	31.03.2020	31.03.2019
Receitas financeiras			
Renda de aplicações financeiras		6.894	10.862
Atualização monetária sobre contas de energia elétrica em atraso	26.1	28.738	16.244
Subvenções governamentais		878	1.087
Atualização de créditos tributários	8.1	262	21.082
Atualização monetária dos depósitos judiciais		8.520	6.600
Atualização monetária do ativo e passivo financeiro setorial	11	13.911	13.827
Atualização monetária Swap - Debêntures		12.061	-
ICMS - deságio na compra de créditos de terceiros		3.465	779
Outras receitas financeiras		3.883	4.525
(-) PIS e Cofins sobre receita financeira		(2.448)	(2.845)
Subtotal		76.164	72.161
Despesas financeiras			
Encargo de dívidas - empréstimos e debêntures		(45.447)	(68.751)
Variação monetária - Debêntures		(12.058)	-
Encargo de dívidas - mútuo - partes relacionadas	28.1	-	(6.761)
Juros sobre obrigações de arrendamento	15	(5.473)	(6.732)
Subvenções governamentais		(878)	(1.087)
Atualização monetária de P&D e eficiência energética		(2.308)	(3.441)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	10.1	1.097	1.933
Cartas de fiança e seguros garantia		(7.717)	(12.149)
Atualização monetária de processos judiciais e outros		(3.891)	(22.729)
Atualização monetária - energia livre		(655)	(1.692)
Atualização acordo Eletrobras		(17.194)	(28.150)
Custo dos juros (líquidos) de benefícios pós-emprego	16.1	(103.305)	(81.037)
Comissão de fiança - partes relacionadas	28.1	(1.096)	-
Outras despesas financeiras		(4.538)	(5.334)
Subtotal		(203.463)	(235.930)
Variações cambiais, líquidas			
Variações cambiais - Empréstimos		(21.748)	-
Variações cambiais - Swap Empréstimos		21.748	-
Variações cambiais - outras		(1.410)	38
Subtotal		(1.410)	38
Total do resultado financeiro		(128.709)	(163.731)

26.1 Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e atualização financeira pelo índice IGP-M sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

27. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.03.2020		31.03.2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(16.207)	(5.997)	22.287	-
Diferidos	(43.728)	(15.742)	(20.852)	(7.507)
Total	(59.935)	(21.739)	1.435	(7.507)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	236.905	236.905	75.123	75.123
Adições:				
Doações	71	71	23	23
Gratificação a administradores	555	555	275	275
Perdas indedutíveis no contas a receber	1.792	1.792	6.764	6.764
Perdas na baixa de bens e direitos	60	60	922	922
Multas indedutíveis	537	537	164	164
Despesas indedutíveis	1.519	1.519	-	-
Salário maternidade e paternidade	102	102	140	140
Total das adições	4.636	4.636	8.288	8.288
Base de cálculo	241.541	241.541	83.411	83.411
Aliquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(60.385)	(21.739)	(20.852)	(7.507)
Ajuste PAT em dobro IR 2006 a 2011 - a recuperar	-	-	22.287	-
Incentivos	444	-	-	-
Compensação de base de cálculo	6	-	-	-
Total da despesa com tributos	(59.935)	(21.739)	1.435	(7.507)
Alíquota efetiva	25,3%	9,2%	-1,9%	10,0%

28. Partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

28.1 Partes relacionadasAtivos e receitas:

Natureza da transação	Parte relacionada	Total estimado	Vigência	Ativo		Receita			
				31.03.2020	31.12.2019	01.01.2020 a 31.03.2020	01.01.2019 a 31.03.2019		
Comissão (Propaganda/publicidade/venda em fatura de energia)	ENEL X	Controle comum	Conforme demanda	Setembro de 2018 a setembro de 2020	181	98	293	288	
Reembolso Expatriados	Enel Chile	Controle comum			354	184	169	-	
	Enel Spa	Controle comum			195	155	40	-	
Compartilhamento de recursos humanos/infraestrutura	COELCE CIA. ENERGÉTICA	Controle comum			6.218	5.951	267	-	
	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.	Controle comum			3.415	3.155	260	-	
	ENEL Green Power Projetos I S.A.	Controle comum			174	160	14	-	
	ENEL GREEN POWER BRASIL	Controle comum	Conforme critério regulatório de rateio	Fevereiro de 2024	2.977	2.820	157	-	
	Enel Brasil	Controladora			670	584	86	-	
	Enel Fortaleza	Controle comum			64	53	11	-	
	CELG DISTRIBUICAO S/A	Controle comum			7.344	5.033	2.311	-	
	CENTRAIS ELETRICAS DE CACHOEIRA DOURADA	Controle comum			66	54	12	-	
OIEN COMPANHIA DE INTERCONEXAO	Controle comum			476	449	27	-		
					Outros créditos:	22.134	18.696	-	-
					Total receita operacional - nota explicativa nº 23:	-	-	293	288
					Pessoal e administradores:	-	-	2.201	-
					Material:	-	-	21	-
					Serviços de terceiros:	-	-	120	-
					Outras receitas e despesas operacionais - nota explicativa nº 25:	-	-	1.012	-



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos e despesas:

Natureza da transação	Parte relacionada	Total estimado	Vigência	Passivo		Despesa		
				31.03.2020	31.12.2019	01.01.2020 a 31.03.2020	01.01.2019 a 31.03.2019	
Suprimento de energia - CCGF	ENEL Green Power Parapanema S.A.	Controle comum	R\$ 9.153	Resolução Homologatória nº 2.318/2017 da ANEEL	295	296	(831)	(822)
	ENEL Green Power Mourao S.A.	Controle comum	R\$ 2.622	Resolução Homologatória nº 2.318/2017 da ANEEL	80	80	(237)	(231)
	ENEL Green Power Projetos I S.A.	Controle comum	R\$ 64.072	Resolução Homologatória nº 2.318/2017 da ANEEL	2.108	2.108	(6.574)	(5.989)
Suprimento de energia - CCEAR	ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.	Controle comum	R\$ 994	Até o final da concessão	108	106	(245)	(242)
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.	Controle comum	R\$ 2.603	Até o final da concessão	862	891	(2.602)	(3.280)
	ENEL Green Power Cristalândia I Eólica S.A.	Controle comum até 31 de maio de 2019			-	-	-	(1.364)
	ENEL Green Power Cristalândia II Eólica S.A. (II e III)	Controle comum até 31 de maio de 2019			-	-	-	(2.730)
	ENEL Green Power da Fazenda S.A.	Controle comum	R\$ 665	Até o final da concessão	72	71	(164)	(162)
	ENEL Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.	Controle comum	R\$ 2.052	Até o final da concessão	237	233	(533)	(507)
	ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.	Controle comum	R\$ 2.132	Até o final da concessão	220	216	(495)	(468)
Encargo de uso do sistema de transmissão	ENEL Green Power Salto Apicacas S.A.	Controle comum	R\$ 1.640	Até o final da concessão	178	175	(404)	(398)
	ENEL CIEN S.A.	Controle comum	R\$ 4.534	Até o final da concessão	1.507	1.363	(4.534)	(4.860)
Mútuo	ENEL Finance International N.V.	Controle comum	R\$ 453.738	Dezembro de 2018 a dezembro de 2019	-	-	-	(6.761)
Comissão de fiança	Enel Brasil S.A.	Controladora	0,20% sobre saldo dívida	Setembro de 2018 a setembro de 2025	879	1.993	(1.096)	-
	ENEL GLOBAL IN E NETWORK	Controle comum			7.220	4.495	(2.720)	-
Compartilhamento de recursos humanos/infraestrutura	AMPLA Energia e Serviços S.A.	Controle comum			3.247	1.931	(1.316)	(110)
	ENEL CIEN S.A.	Controle comum			176	156	(20)	(60)
	CELG Distribuição S.A.	Controle comum			3.646	3.406	(240)	(2.595)
	Enel Brasil	Controle comum	Conforme critério regulatório de rateio	Fevereiro de 2024	8.419	6.785	(1.634)	(390)
	ENEL GREEN POWER BRASIL Participações	Controle comum			457	457	-	(22)
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.	Controle comum			105	35	(70)	-
	COELCE-CIA. Energética	Controle comum			53	46	(7)	(59)
Prestação de serviços técnicos e de gestão	ENEL GENERACION FORTALEZA S.A.	Controle comum			1.218	311	(907)	-
	Enel Brasil	Controladora	R\$ 40.900	Março de 2025	5.157	-	(5.157)	-
Dividendos	Enel Brasil	Controladora	R\$ 213.923		213.923	213.923	-	-
				Forneecedores - nota explicativa nº 12:	35.365	23.161	-	-
				Outras obrigações:	879	1.993	-	-
				Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:	213.923	213.923	-	-
				Custo do serviço de energia elétrica - nota explicativa nº 24:	-	-	(16.619)	(21.053)
				Empréstimos e financiamentos - nota explicativa nº 14.6:	-	-	-	(6.761)
				Pessoal e administradores:	-	-	(5.814)	(3.236)
				Material:	-	-	(47)	-
				Serviços de terceiros:	-	-	(5.489)	-
				Outras receitas e despesas operacionais - nota explicativa nº 25:	-	-	(721)	-
				Resultado Financeiro nota explicativa nº 26:	-	-	(1.096)	-

Para os Contratos de Cotas de Garantia Física – CCGF, o total estimado considera o percentual de participação da Companhia definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.318/2017 para os anos de 2019 e 2020 e a receita anual de geração das usinas, homologados pela Resolução ANEEL nº 2.421/2018. Para os contratos de CCEAR o montante estimado considerou o volume e tarifas contratados para 2020. Em 31 de maio de 2019, a EGP Brasil Participações Ltda concretizou a venda de duas usinas eólicas (EGP Cristalândia Eólica S.A. I e EGP Cristalândia Eólica S.A. II). Dessa forma, em 31 de março de 2019, permanecem demonstradas no resultado, as transações realizadas até a data da venda dessas companhias.

Quanto ao Encargo de uso do sistema de transmissão (contrato nº 121/2002), o mesmo é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a ENEL CIEN S.A e a Companhia, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS. Dessa forma, o total estimado informado considera o custo realizado para o trimestre findo em 31 de março de 2020.

Os contratos mencionados acima são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações.

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 06 de fevereiro de 2019. As



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

despesas liquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 162.000 ao ano. A contabilização, tanto da despesa quanto da receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem, que poderá ser pessoal, serviços de terceiros, material e outros.

O contrato de prestação de serviços técnicos e de gestão envolve serviços de fornecimento de apoio técnico e gerencial, para promover integração e padronização dos processos das empresas do grupo Enel no Brasil, garantindo ganhos de eficiência pela adoção das melhores práticas verificadas em todas as empresas de energia do grupo ao redor do mundo. O referido contrato foi anuído pela ANEEL, conforme os termos do Despacho nº 590, de 20 de fevereiro de 2020.

Outras partes relacionadas

Passivo e despesa:

Natureza da transação	Parte relacionada	Passivo		Despesa	
		31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.03.2019
Plano de previdência	FUNCESP Integrante do Conselho Deliberativo	5.760.285	5.868.638	(109.716)	(84.283)
	Obrigações com benefícios pós-emprego - nota explicativa nº 16.1:	5.760.285	5.868.638	(109.716)	(84.283)

28.2 Remuneração da alta administração

A remuneração da alta administração é composta pela remuneração da Diretoria Estatutária e do Conselho de Administração. Nos trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019, a provisão para remuneração (regime de competência), é como segue:

Descrição:

Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios/ bônus)
Benefícios pós-emprego (previdência privada - contribuição definida)
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)

Total

	31.02.2020	31.03.2019
	2.455	2.522
	-	51
	-	80
Total	2.455	2.653

29. Seguros

Em 31 de março de 2020, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

	Nota	Período de vigência		Importância segurada	Limite máximo de indenização/garantia
		de	até		
Riscos operacionais		31-out-2019	31-out-2020	R\$ 4.629.740	R\$ 4.441.200
Vida em grupo		1-jan-2020	1-jan-2021	25 x salário	R\$ 1.833
Responsabilidade civil geral		31-out-2019	31-out-2020	N/A	R\$ 79.642
Responsabilidade civil de administradores - D&O	29.1	10-nov-2019	10-nov-2020	N/A	R\$ 61.967
Riscos ambientais		31-out-2019	31-out-2020	N/A	R\$ 88.824
Frota de veículos - RCF		31-mai-2019	31-mai-2020	N/A	RCFV Garantia Única R\$ 1.000

30. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

30.1 Instrumentos financeiros

30.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas	31.03.2020		31.12.2019		Categoria	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.184.359	1.184.359	1.280.195	1.280.195	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo (CDBs e operações compromissadas)	4	1.502	1.502	3.518	3.518	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
Investimentos de curto prazo (fundo de investimento)	4	1.988	1.988	1.978	1.978	Valor Justo por meio de Resultado
Operação com derivativo		46.454	46.454	49.881	49.881	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
Consumidores, revendedores e outros	5	2.410.627	2.410.627	2.473.095	2.473.095	Custo amortizado
Contas a receber - acordos	6	225.051	225.051	225.445	225.445	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados	17	889.995	889.995	808.869	808.869	Custo amortizado
Ativo contratual	10.1	550.865	550.865	466.563	466.563	Custo amortizado
Ativo financeiro da concessão	10.2	4.645.827	4.645.827	4.532.124	4.532.124	Valor Justo por meio de Resultado
Ativo financeiro setorial	11	1.937.194	1.937.194	2.052.746	2.052.746	Custo amortizado
Total		11.893.862	11.893.862	11.894.414	11.894.414	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores	12	1.612.512	1.612.512	1.865.919	1.865.919	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	4.097.378	4.133.792	3.887.412	3.717.561	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Operação com derivativo		3.011	3.011	1.274	1.274	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
Contas a pagar - acordo Eletrobras	19	1.378.036	1.378.036	1.362.586	1.362.586	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Obrigações com arrendamento	15	247.868	247.868	261.882	261.882	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		214.052	214.052	214.054	214.054	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Passivo financeiro setorial	11	1.423.209	1.423.209	1.480.097	1.480.097	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total		8.976.066	9.012.480	9.073.224	8.903.373	

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs) e fundos de investimento. CDBs sob as rubricas de (i) caixa e equivalentes de caixa são mensurados inicialmente pelo valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da contratação e curva da taxa DI mensal, (ii) investimento de curto prazo são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa DI, conforme definido em sua data de contratação. O fundo de investimento é marcado a mercado mensalmente com base na variação dos preços das cotas de investimentos classificadas como renda fixa – curto prazo, indexados à taxa CDI/SELIC. De acordo com o seu regulamento, o fundo de investimento poderá investir até 95% em cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa - curto prazo e até 5% em Títulos Públicos Federais.

A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para o cálculo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia correspondem a operações de proteção de exposição ao risco de variação de taxa flutuante das Debêntures e proteção à variação cambial dos empréstimos captados em março de 2020, que resultam de posições passivas vinculada à variação do IPCA e a variação cambial do dólar. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e subsequentemente remensurado ao seu valor justo.

As operações descritas acima se qualificam para *hedge accounting*, (hedge de fluxo de caixa). Na contratação das operações a Companhia elaborou uma documentação formal com detalhes sobre os objetivos e estratégias da gestão do risco, da relação entre a transação objeto do hedge e o instrumento de *hedge* utilizado para a proteção esperada. São contabilizados como ativos financeiros quando o



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. A parcela altamente eficaz do hedge, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". A parcela não efetiva do hedge é registrada no resultado do período, juntamente com os juros da operação.

Quando um instrumento de hedge vence, é vendido ou extinto; ou quando um hedge não mais atende aos critérios da contabilidade de hedge, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de hedge diferidos existentes no patrimônio, são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os contratos em aberto em 31 de março de 2020 são os seguintes:

Contraparte	Data do contrato	Vencimento	Tipo	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal
Bradesco	26/06/2019	15/05/2026	Cash flow hedge	IPCA	CDI	800.000
Tokio	10/03/2020	08/03/2021	Cash flow hedge	Dólar	CDI	149.997
Scotiabank	31/03/2020	31/03/2021	Cash flow hedge	Dólar	CDI	260.000

Os valores das curvas e de mercado dos contratos de derivativo (swap) em 31 de março de 2020 estão detalhados a seguir:

Contraparte	Valor da curva	Valor justo (contábil)	Outros resultados abrangentes
Bradesco	18.493	19.026	533
Tokio	17.470	18.701	1.231
Scotiabank	4.064	5.716	1.652
Total	40.027	43.443	3.416

31.03.2020

Operação com instrumento derivativo

Ativo circulante

24.630

Ativo não circulante

21.824

Total Ativo

46.454

Operação com instrumento derivativo

Passivo circulante

(3.011)

Total Passivo

(3.011)

43.443

O valor justo (contábil) é a diferença entre o efeito das pontas ativa e passiva no balanço patrimonial.

Os valores da dívida líquidos da posição do hedge estão demonstrados a seguir:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dívida	Taxa de juros contratual	Posição em
		31.03.2020
		Total
Debentures - 24ª Emissão (2ª série)	100% IPCA + 4,0134% a.a.	813.862
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	100% IPCA + 4,0134% a.a.	(750.810)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	100% CDI + 0,7200% a.a.	731.784
		<u>794.836</u>
TOKIO 4131	USD + 1,36% a.a.	167.814
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,36% a.a.	(169.044)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,06% a.a.	150.343
		<u>149.113</u>
SCOTIABANK 4131	USD + 1,65% a.a.	264.064
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,65% a.a.	(265.716)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 2,50% a.a.	260.000
		<u>258.348</u>

A diferença entre o valor na curva (*accrua*) e o valor a mercado se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de *swap* na curva é calculado pelo valor do principal mais juros até 31 de março de 2020, o saldo do swap a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo CDI futuro.

A movimentação dos contratos de derivativos é como segue:

	Derivativos
Saldo em 31 de dezembro de 2019	48.607
Provisão de encargos - juros	(1.738)
Variação monetária - Swap	12.061
Variação cambial - Swap	21.747
Marcação a mercado no PL	(37.234)
Saldo em 31 de março de 2020	43.443

30.1.2 Hierarquia do valor justo

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

	31.03.2020			31.12.2019				
	Valor Justo	Mensuração			Valor Justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3		Nível 1	Nível 2	Nível 3
ATIVO (Circulante e não circulante)								
Investimentos de curto prazo (CDBs e operações compromissadas)	1.502	-	1.502	-	1.696	-	1.696	
Investimentos de curto prazo (fundo de investimento)	1.988	-	1.988	-	3.800	-	3.800	
Ativo financeiro da concessão	4.645.827	-	4.645.827	-	4.532.124	-	4.532.124	
Operação com derivativo	43.443	-	43.443	-	48.607	-	48.607	
Total	4.692.760	-	4.692.760	-	4.586.227	-	4.586.227	

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2020, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

30.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as políticas de gerenciamento de riscos definidas por seu acionista controlador (Enel Spa). As políticas estabelecem os riscos enfrentados e as diretrizes para seu monitoramento interno e são aprovadas pelo Conselho de Administração da Enel SpA, o qual abriga um Comitê de Controles e Riscos, que dá suporte à avaliação e decisões do Conselho, relativas aos controles internos e sistema de gestão de riscos, bem como aquelas relativas à aprovação das demonstrações financeiras periódicas.

O sistema de gestão de riscos cobre 3 tipos de atividades: 1) controles de primeiro nível, que consistem em atividades de controle realizadas por cada unidade operacional, em seus próprios processos, como forma de assegurar a correta realização das operações; 2) controles de segundo nível, os quais são executados por áreas corporativas específicas e que visam monitorar e gerir tipos específicos de riscos; 3) controles de terceiro nível (auditoria interna), que visam verificar a estrutura e funcionamento do sistema como um todo, através do monitoramento dos controles, assim como do trabalho executado pelo segundo nível.

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia é multidisciplinar e conta com as áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna, conforme descritas a seguir.

Gestão de Riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle de Gestão de Riscos (SCGR), conforme descrito acima, no item 30.2 "Gerenciamento de Riscos", e para garantir seu cumprimento, existe uma política específica de Gestão de Riscos dentro de cada Companhia, que é revisada e aprovada no início de cada ano pelo Conselho, observando e aplicando requisitos locais em termos de cultura de risco e o procedimento de gestão de riscos que define os princípios gerais, funções, responsabilidades e métodos operacionais relacionados ao gerenciamento de riscos, de acordo com as diretrizes da ISO 31000:2018.

A área de gestão de riscos possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos das empresas, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar, avaliar de forma a quantificar a probabilidade e o impacto, dentro da fase de avaliação de riscos, bem como o tratamento deles, através da definição de ações de mitigação com seus respectivos planos de ação em conjunto com as áreas e *Risk Owners* como responsáveis pelos diferentes riscos, atuando em conjunto com a área de gestão de riscos com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, sendo os principais: Financeiros; Regulatórios; Negócio (mercado/Commodity); Operacionais; Estratégicos; Sustentabilidade; Ambientais, Sociais, Governança, Reputação/Imagem; Legais; CyberSecurity. A taxonomia de risco e sua gestão abrange o processo completo de avaliação de risco (identificação, análise e avaliação) de acordo com a Norma ISO 31000:2018, refletindo claramente os riscos avaliados, mostrando as probabilidades e impactos dos mesmos, quantificados antes e depois das ações de mitigação. Uma vez concluído o processo de avaliação de riscos, cada área responsável em conjunto com a área de gestão de riscos, realiza o trabalho contínuo dentro do tratamento, a fim de reduzir os níveis de riscos por meio da gestão preventiva, buscando sempre a redução da probabilidade e impacto de cada um, que são apresentados mensalmente ao Conselho e à alta administração da Companhia.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos do grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de riscos propostas pelo *Controller* de risco da *Holding*; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar quebras de limites; definir estratégias de riscos identificando planos de ação e instrumentos para mitigar os riscos e supervisão global do gerenciamento e controle de riscos. No âmbito de cada Companhia do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional em que se origina o risco é também responsável pelo tratamento e pela adoção de medidas de controle e mitigação dos riscos.

Controles Internos

A área de Controles Internos tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócios na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos.

Visando garantir o alinhamento dos processos com as exigências de controle da Companhia, a área de controles internos atua na gestão dos controles de acessos ao sistema financeiro e realiza acompanhamento das deficiências de controle identificadas pela auditoria externa para garantir a mitigação de todos os riscos nos prazos acordados.

A Companhia analisa todas as oportunidades de melhorias reportadas pelos auditores independentes na carta de recomendação e define planos de ação para implementação de todas as recomendações que considere pertinentes. A área de controles internos acompanha a implementação dos planos de ação e o resultado dos mesmos.

Auditoria Interna

A diretoria de auditoria interna atua na avaliação dos processos e controles relacionados aos segmentos operacional (infraestrutura e redes), comercial (mercado), administrativo, compras e de tecnologia da informação. A diretoria de auditoria interna avalia a eficiência dos processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, dos controles associados às informações contábeis, bem como dos controles de segurança da informação, todos em conformidade com as exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controles e deficiências significativas que possam impactar as informações contábeis e processos da Companhia.

O plano de auditoria é aprovado pelo Conselho de Administração. Além disto, o resultado das respectivas auditorias e a evolução dos planos de ação para implementação de potenciais melhorias e regularizações são apresentados periodicamente aos diretores, e membros do conselho de administração.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A auditoria interna possui uma política interna, que descreve as responsabilidades e principais atividades da área de auditoria, incluindo documentos gerados, comunicação com responsáveis, divulgação dos relatórios, acompanhamento dos planos de ação, entre outros.

Adicionalmente, a auditoria interna também é responsável pela gestão do Programa de *Compliance* da Companhia, que tem como objetivo promover a obediência às políticas e diretrizes da Companhia, bem como às leis e regulamentações vigentes e a ela aplicáveis, além de encorajar uma cultura organizacional pautada pela ética.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; e (iii) ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de março de 2020 é:

	Nota	31.03.2020
Caixa e equivalentes de caixa	b.1.1	1.184.359
Investimentos de curto prazo	b.1.1	3.490
Depósitos vinculados	b.1.1	889.995
Consumidores, revendedores e outros	b.1.2	2.410.627
Contas a receber - acordos	b.1.2	225.051
Ativo financeiro setorial	b.1.3	1.937.194
Ativo contratual	b.1.3	550.865
Ativo financeiro da concessão	b.1.3	4.645.827
Operação com derivativo	b.1.4	49.465
Total da exposição		11.896.873

Os saldos apresentados anteriormente estão líquidos das respectivas perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 7).

(b.1.1) Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e depósitos vinculados

Risco associado às aplicações financeiras e depósitos vinculados realizados em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda desses valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos *ratings* das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em uma das agências de risco *rating* inferior ao

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa da Companhia: Aplicações de no máximo 20% do total da carteira da Companhia em instituições financeiras com PL inferior a R\$ 6.000.000 até 25% em instituições financeiras com PL superior a R\$ 6.000.000; (ii) Critério de PL da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$ 6.000.000) até 5% (PL superior a R\$ 6.000.000) de seu PL; todas as instituições financeiras deverão apresentar PL superior a R\$500.000. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

Os depósitos vinculados são efetuados em bancos da união, conforme determinação do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. A Companhia considera bastante reduzido o risco de crédito relacionado a tais depósitos.

(b.1.2) Consumidores, revendedores e contas a receber de acordos

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas.

A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via "SMS", e-mail e "URA" (Unidade de Resposta Audível). Adicionalmente, foi lançado o portal de negociação e realização de negociações através de feirões e do *call center*. A Companhia utiliza uma solução de análise preditiva ("*Predictive Analytics*") possibilitando avaliar a propensão de pagamento de acordo ao perfil de cada cliente, para definir a melhor estratégia de cobrança.

(b.1.3) Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

(b.1.4) Operação com instrumento derivativo

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco de crédito da operação com derivativo que mantém com os bancos Bradesco, MUFG e Scotiabank que são considerados como de primeira linha pela mesma.

(b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela a seguir, está demonstrada a dívida líquida da Companhia:

	31.03.2020	31.12.2019
Empréstimos e financiamentos	484.099	274.423
Debêntures	3.613.279	3.612.989
Operação com instrumento derivativo	(43.443)	(48.607)
Caixa e equivalentes de caixa	(1.184.359)	(1.280.195)
Investimentos de curto prazo	(3.490)	(5.496)
Dívida líquida	2.866.086	2.553.114
Patrimônio líquido	4.099.873	3.969.216
Dívida líquida / Patrimônio líquido	69,91%	64,32%

Do endividamento financeiro total em 31 de março de 2020, 13,3% era de curto prazo (8,8% em 31 de dezembro de 2019) e o prazo médio era de 3,44 anos (3,71 anos em 31 de dezembro de 2019).

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para as rubricas de “empréstimos e financiamentos” e “debêntures” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 14. As informações refletidas na tabela a seguir incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Posição em 31 de março de 2020	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	1.612.512	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.146	2.277	448.973	43.494	-
Debêntures	-	32.577	107.402	2.848.261	1.234.732
Operações com instrumento derivativo	-	3.042	(8.847)	45.393	13.047
Obrigações por arrendamento	4.625	9.328	56.961	129.815	47.139
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	100.000	-	114.052	-	-
Total	1.718.283	47.224	718.541	3.066.963	1.294.918

De acordo com o CPC 40/IFRS7 (R1) Instrumentos financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

data de encerramento do exercício. Portanto, CDI, IPCA e TJLP utilizados nas projeções de juros correspondem aos índices projetados na data de 31 de março de 2020.

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Riscos de taxas de juros

A Companhia possui empréstimos e debêntures relevantes remunerados pela variação do CDI, IPCA e TJLP. Consequentemente, o resultado da Companhia é afetado pela variação desses índices.

Em 31 de março de 2020 as aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDBs rentabilizados pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data-base de 31 de março de 2020 é:

	31.03.2020
Equivalentes de caixa	1.057.151
Investimentos de curto prazo	3.490
Empréstimos e financiamentos	(484.098)
Debêntures	(3.613.280)
Operação com derivativo	43.443
Total da exposição líquida	(2.993.294)

Os montantes de empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao CDI, IPCA e TJLP e não contemplam os saldos de custos a amortizar.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas, aos quais a Companhia estava exposta na data base de 31 de março de 2020, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base nas projeções de 31 de março de 2020 da B3 dos indexadores CDI, IPCA e TJLP para um ano, foi definido como o cenário provável e a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de março de 2020, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário. A projeção do cálculo considera a taxa de juros contratual: índice mais spread.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Aplicações financeiras	Taxa de juros	Posição em 31.03.2020	Projeção receitas financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			1,67%	2,51%	3,34%	4,18%	5,01%
Equivalentes de caixa	CDI	1.057.151	17.654	26.534	35.309	44.189	52.963
Investimentos de curto prazo	CDI	3.490	58	88	117	146	175
Subtotal		1.060.641	17.712	26.622	35.426	44.335	53.138
Dividas	Taxa de juros contratual	Posição em 31.03.2020	Projeção despesas financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI							
Debêntures - 23ª Emissão (1ª série)	108,25% do CDI	(703.327)	(12.579)	(18.793)	(24.956)	(31.071)	(37.138)
Debêntures - 23ª Emissão (2ª série)	111% do CDI	(1.393.083)	(25.571)	(38.197)	(50.720)	(63.142)	(75.463)
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série)	CDI+0,80 a.a.	(703.007)	(17.445)	(23.260)	(29.032)	(34.761)	(40.448)
TJLP							
FINEP 2	TJLP+5,00% a.a.	(52.221)	(918)	(1.664)	(2.402)	(3.132)	(3.854)
Contrato de Swap							
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série)	100% do IPCA + 4,0134% a.a.	(813.862)	(40.393)	(44.146)	(47.882)	(51.600)	(55.301)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	100% do IPCA + 4,0134% a.a.	750.810	36.406	39.789	43.156	46.507	49.843
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	100% do CDI + 0,7200%	(731.784)	(17.321)	(23.288)	(29.211)	(35.091)	(40.927)
TOKIO 4131	USD + 1,36% a.a.	(167.814)	73.381	6.697	(42.001)	(80.586)	(112.649)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	USD + 1,36% a.a.	169.044	(73.919)	(6.746)	42.309	81.177	113.475
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0,06% a.a.	(150.343)	(2.569)	(3.794)	(5.010)	(6.217)	(7.416)
SCOTIABANK 4131	USD + 1,65% a.a.	(264.064)	114.747	9.792	(66.855)	(127.585)	(178.050)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	USD + 1,65% a.a.	265.716	(115.465)	(9.853)	67.273	128.383	179.164
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	CDI + 2,50% a.a.	(260.000)	(10.721)	(12.844)	(14.952)	(17.044)	(19.121)
Subtotal		(4.053.935)	(92.367)	(126.307)	(160.263)	(194.162)	(227.885)
Total da exposição líquida		(2.993.294)	(74.655)	(99.685)	(124.857)	(149.827)	(174.747)

(b.4.2) Risco de moeda

A Companhia está exposta ao risco de variação cambial temporal, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo e passivo financeiro setorial).

Exposição às taxas de câmbio	31.03.2020		31.12.2019	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Fornecedores (Itaipu)	87.270	453.691	118.528	477.751
Passivo líquido exposto	87.270	453.691	118.528	477.751

(b.4.3) Risco de preço**Revisão tarifária de 2019**

As informações sobre a revisão tarifária de 2019 estão detalhadas na nota explicativa no 1.1 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2019.

(b.4.4) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Em 31 de março de 2020, a Companhia estava em cumprimento de todos os termos dos *covenants* (nota explicativa nº 14.8) exigidos por seus contratos.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Outros riscos

(c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Plano de recuperação dos indicadores

Em 12 de julho de 2017, a Companhia foi informada pela ANEEL que, apesar da evolução da qualidade do serviço ter apresentado melhorias nos últimos anos, participaria do segundo ciclo do plano de recuperação dos indicadores, tendo em vista que ainda figurava entre as 16 distribuidoras que necessitam de aprimoramento na qualidade do serviço. Em decorrência disso, no dia 31 de agosto de 2017, a Companhia protocolou na ANEEL o plano de recuperação com a finalidade de fazer frente ao segundo ciclo de recuperação dos indicadores, o qual encontra-se em andamento, e foi aprovado pelo regulador em 21 de dezembro de 2017.

Em janeiro, maio e setembro dos anos de 2018 e 2019, a Companhia apresentou à ANEEL os relatórios quadrimestrais de acompanhamento do plano de recuperação dos indicadores, onde foi evidenciada a evolução das ações realizadas, os recursos investidos para a melhoria contínua da prestação do serviço e os resultados alcançados em todas as dimensões do plano: qualidade do fornecimento, serviços comerciais, segurança do trabalho e da população e sustentabilidade econômico-financeira.

Acerca dos resultados alcançados, destaca-se a conclusão das obras e a significativa melhora dos indicadores de continuidade do fornecimento, que acompanharam a trajetória de redução planejada, mantendo-se para o indicador DEC a posição de 0,20 horas (3%) abaixo da meta do Plano de Resultados e, para o FEC, 0,93 vezes (18%) abaixo da meta. Ademais, os indicadores comerciais e de segurança em sua maioria atingiram as metas planejadas, em mais de 90% das apurações.

Em 31 de outubro de 2019, o órgão regulador emitiu o parecer final concluindo que: “De maneira geral, a ARSESP considera que o cumprimento das ações propostas pela Distribuidora e o desempenho da maioria dos indicadores estão satisfatórios, todavia, todos os temas continuarão a ser monitorados pela ANEEL e acompanhados pela ARSESP”. Neste contexto, recomendou-se o arquivamento e a finalização do processo.

3º Ciclo do Plano de Resultados - Vigente

Em 16 de outubro de 2019, a Companhia foi informada pela ANEEL que, apesar da evolução da qualidade do serviço ter apresentado melhorias significativa nos últimos anos, participaria ainda do terceiro ciclo do plano de resultados, (entre os meses de outubro de 2019 a setembro de 2020), em atenção aos indicadores de continuidade do fornecimento, faturamento e ressarcimento de danos elétricos.

Em janeiro de 2020, a Companhia apresentou à ANEEL o relatório do 1º trimestre do Terceiro Ciclo do Plano de Resultados. Deste período, destaca-se os indicadores DEC e FEC que apresentaram um desempenho satisfatório, em patamares inferiores ao limite projetado para setembro de 2020 (0,54 horas a menos no DEC e 0,48 a menos na quantidade média de interrupções). Os indicadores de mercado, faturamento e ressarcimento de danos elétricos, também apresentaram desempenho satisfatório, com exceção às Quantidades de Reclamações Totais - QRT, com patamar 40% superior a meta projetada.

Entretanto, devido ao cenário de calamidade pública decorrente da COVID-19, oficializada pela Lei 13.979, a ANEEL publicou a Portaria 6.310/2020, paralisando os processos na Agência, desobrigando a concessionária do envio das informações e flexibilizando, uma série de serviços, por meio da Resolução Normativa 878/2020. Neste contexto, em 01 de abril de 2020, a ARSESP encaminhou um comunicado à Companhia, informando que em cumprimento à determinação da ANEEL, será mantido suspenso o prazo, até segunda ordem, do envio das informações do Plano de Resultado



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c.2) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia de 2019 consiste nos seguintes componentes: Contrato de Itaipu e PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a 100% dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém, os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a possibilidade de ajustes dos níveis contratuais.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia nova com antecedência de 3 a 7 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Na hipótese de sobrecontratação involuntária ser reconhecida pela ANEEL, haverá o repasse integral dos custos de compra de energia à tarifa mesmo em níveis de contratação acima de 105% em relação à carga anual de fornecimento.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado, (vi) a venda de energia ao mercado livre em Leilão de Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 453, de 18 de outubro de 2011, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia encerrou o ano de 2016 com um nível de contratação de 110,2%, sendo o impacto acima do limite de 105% equivalente a R\$ 88.091 (valor atualizado de R\$ 118.140 em 31 de março de 2020) caso não venha a ser considerado como sobrecontratação involuntária pela ANEEL.

Existem dois principais fatores que contribuíram para a sobrecontratação no ano de 2016. O primeiro refere-se à participação no leilão A-1 no ambiente regulado (CCEAR) realizado em dezembro de 2015, no qual a Companhia compulsoriamente teve que repor a energia vinculada ao contrato bilateral com a AES Tietê, cujo término ocorreu em 31 de dezembro de 2015. Por força do Decreto nº 5.163, a Companhia teve que comprar no mínimo 96% do seu montante de reposição, mesmo tendo ressalvado em sua declaração a necessidade de volume inferior ao mínimo. Em 3 de agosto de 2016, foi publicado Decreto nº 8.828, alterando o Decreto nº 5.163, retirando a trava de obrigação de declaração para os montantes de reposição. O novo decreto é aderente às argumentações da Companhia em relação à obrigatoriedade imposta para o leilão A-1 de dezembro de 2015.

Outro fator que impactou consideravelmente o nível de contratação foi a migração de consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre. O direito à redução de contratos de compra de energia em caso de migração dos consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre foi reconhecido a partir da Resolução nº 726/2016, após discussão na Audiência Pública nº 85/2013. Entretanto, a redução contratual só vale para contratos firmados em leilões de energia posteriores à publicação da Resolução, não foi útil, portanto, para reduzir o nível de contratação de 2016.

Diante dos fatores expostos anteriormente, a Companhia entende, baseada em parecer técnico elaborado por escritório de advocacia renomado, que a sobrecontratação advinda da compra compulsória em Leilão A-1 e da saída de consumidores para o mercado livre é involuntária e, portanto, deve ser integralmente repassada aos seus consumidores.

O reconhecimento da sobrecontratação involuntária referente ao leilão A-1 e a migração de consumidores especiais é suficiente para prover repasse tarifário integral dos custos de sobrecontratação.

Adicionalmente, para reduzir o nível de sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 711 de 2016 e participou de Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD de energia existente e de energia nova. Desde 2016, a Companhia realizou diversos acordos bilaterais e participou em quase todos os meses de MCSDs. Para o trimestre findo em 31 de março de 2020 o nível de sobrecontratação da companhia está dentro do limite regulatório. Para o ano de 2020, a Companhia projeta permanecer dentro do limite regulatório.

Em 25 de abril de 2017, a ANEEL deliberou o pleito de sobrecontratação involuntária das distribuidoras referente tanto ao leilão A-1 quanto à migração dos consumidores especiais. A decisão, de caráter geral, foi negar o pleito, com a ressalva de que as situações particulares de reconhecimento como sobrecontratação involuntária devem ser avaliadas pela ANEEL mediante comprovação do máximo esforço na redução da posição contratual. O processo continua em fase de instrução na ANEEL, agora com sua Diretoria já reconhecendo a possibilidade dos dois tipos de sobrecontratação serem involuntárias. A Companhia mantém o seu posicionamento de que os dois fatores mencionados são sobrecontratação involuntária.

Na revisão tarifária de 2019, de forma similar ao ocorrido quando do reajuste tarifário de 2018, a ANEEL manteve o componente de sobrecontratação involuntária referente ao ano civil de 2016 em caráter provisório, tendo em vista que ainda permanece avaliando o máximo esforço individualmente para cada distribuidora, conforme decisão de 25 de abril de 2017.

Embora haja o repasse dos custos relacionados à sobrecontratação involuntária para a tarifa, há um descasamento de caixa temporário, visto que os mesmos ocorrem em momentos distintos. O mesmo efeito ocorre quando há aumento de custos de compra de energia e encargos setoriais, o que pode gerar a necessidade da Companhia em se financiar através de capital de giro.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c.3) Risco socioambiental

A instalação, ampliação e operação de empreendimentos voltados à distribuição de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais relacionados à fauna e à flora, emissões atmosféricas, água e solo. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas aos padrões de qualidade e de proteção ambiental estabelecidos por diversas leis e regulamentos ambientais que, se violados, podem sujeitar os infratores as sanções administrativas e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais na esfera cível.

A edição de novas leis e regulamentos mais severos ou a ocorrência de eventos não previstos que possam resultar em significativos passivos ambientais pode ter um efeito adverso material sobre os negócios da Companhia, não apenas sob o aspecto financeiro, mas também operacional. De acordo com a Lei nº 9.605 de 1998 – Lei de Crimes Ambientais, o valor máximo de multa por descumprimento da lei ambiental é de R\$ 50.000 podendo ser cumulado com penalidade de embargo ou interdição de atividade.

Baseando-se no arcabouço legal ambiental, a Companhia mapeou e monitora continuamente seus riscos ambientais através de um sistema de gestão de riscos, de acordo com a norma ISO 31000. Os principais riscos ambientais foram mapeados, descritos e avaliados qualitativa e quantitativamente, e foram classificados de acordo com sua probabilidade de materialização e impacto para a Companhia. Desta forma, as ações de mitigação praticadas são avaliadas continuamente quanto a sua adequação/suficiência para a mitigação dos riscos à Companhia.

Com o objetivo de manter-se preparada para prevenir acidentes e responder às eventuais situações de emergência e assim evitar ou mitigar os impactos negativos dessas situações na sociedade e no meio ambiente, a Companhia estabelece procedimentos e planos de preparação e respostas a emergências, mantém contrato com empresa especializada em atender a emergências ambientais e se mantém preparada para atender aos principais cenários emergenciais, identificados em seu Sistema de Gestão Ambiental certificado pela ISO 14001:2015. O gerenciamento ambiental de todas as atividades da Companhia é realizado com foco na prevenção à poluição e mitigação de impactos ambientais, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, além de práticas de relacionamento e educação da população para o uso seguro e eficiente da energia elétrica. A Política do Sistema de Gestão Integrado consolida o compromisso da Companhia com o desenvolvimento sustentável, e estabelece as diretrizes para sua atuação considerando os aspectos social, ambiental e econômico.

A Companhia contribui, ainda, com o desenvolvimento sustentável da sociedade e do país assumindo os seguintes compromissos voluntários: Pacto Global, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e Empresa Amiga da Criança.

31. Informações complementares

31.1 Às demonstrações do fluxo de caixa

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa foram as seguintes:

	31.03.2019
Doações de linhas e redes (Adição de ativos contratuais, financeiros e intangíveis)	15.728

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições de ativos intangíveis da concessão). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.03.2020	31.03.2019
Pagamento de juros apresentados nas atividades operacionais	59.392	103.709
Pagamento de juros apresentados nas atividades de investimento (juros capitalizados)	1.097	1.933
Pagamento de juros	60.489	105.642

32. Compromissos

A Companhia possui contratos de longo prazo, cujas informações mais detalhadas podem ser observadas na nota explicativa nº 34 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2019.

Os principais compromissos de longo prazo da Companhia são:

- contratos de compra de energia elétrica;
- contratos de uso do sistema de transmissão e de distribuição (CUST e CUSD);
- contratos de arrendamentos.

Não houve alteração significativa nos compromissos de longo prazo no trimestre findo em 31 de março de 2020.

33. Eventos subsequentes

33.1 Destinação dos resultados relativos ao exercício findo em 31 de dezembro 2019

Em Assembleia Geral Ordinária - AGO realizada em 8 de abril de 2020, foi aprovada a destinação do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a qual segue: (i) dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 213.923; (ii) R\$ 171.137 destinados para reserva especial estatutária; e (iii) dividendos complementares ao mínimo obrigatório no montante de R\$ 470.629. Os dividendos declarados serão pagos em várias parcelas até 31 de dezembro de 2020, sendo que em 9 de abril de 2020 ocorreu o pagamento de R\$ 100.000 para a controladora Enel Brasil.

33.2 Captação de Empréstimo - moeda estrangeira

Para atender a necessidade de capital de giro e se valendo da liquidez do mercado para operações em dólar, a Companhia contratou, em 13 de abril de 2020, uma operação na modalidade de captação externa (Lei nº 4.131) com o banco BNP Paribas no montante de R\$ 450.000 com desembolso em 17 de abril de 2020. O contrato possui uma taxa fixa de 2,516% a.a. base 360 e vencimento para 19 de abril de 2021. Para mitigar o risco dessa operação à variação cambial foi contratada operação de *swap*, trocando os valores e taxa pactuados em dólares por valores em reais com um custo de CDI + 1,60% a.a. base 252 dias úteis.

33.3 Imposto Único sobre Energia Elétrica - IUEE

Trata-se de início de execução de sentença decorrente de Medida Judicial que se encerrou desfavoravelmente a Companhia, proposta pelos Municípios de Aparecida, Mauá, Praia Grande, Rio Grande da Serra, São Sebastião e Cubatão, a fim de cobrar o pagamento em dinheiro das quotas-partes do Imposto Único sobre Energia Elétrica - IUEE pertencentes aos Municípios, até a entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, na época pagas em ações societárias da Companhia. Após o início da execução da decisão, a Companhia teve suas contas bloqueadas, em 01 de abril de 2020, no valor cobrado pelo Municípios, de R\$ 40.645, o qual foi convertido em depósito judicial. A Companhia está elaborando impugnação ao valor exigido pelos Municípios e recorreu ao Tribunal a fim de apresentar seguro garantia. O prognóstico de perda é possível.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações
trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores da
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 19 de fevereiro de 2020, sem modificação, e às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses do trimestre findo em 31 de março de 2019 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 22 de abril de 2019, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Alexandre Vinícius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-092563/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. (“Companhia”), inscrita no CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que revisaram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao primeiro trimestre de 2020.

Barueri, 30 de abril de 2020.

Diretores:

Max Xavier Lins
Diretor Presidente

Raffaele Enrico Grandi
Diretor de Administração, Finanças, Controle e Relações com Investidores

Rosario Zaccaria
Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes

Marcia Massotti de Carvalho
Diretora de Sustentabilidade

Flavia da Silva Baraúna
Diretora de Serviços

Janaina Savino Vilella Carro
Diretora de Comunicação

José Nunes de Almeida Neto
Diretor de Relações Institucionais

Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretora de Regulação

Marcia Sandra Roque Vieira Silva
Diretora de Mercado

Margot Frota Cohn Pires
Diretora de Compras

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que revisaram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao primeiro trimestre de 2020.

Barueri, 30 de abril de 2020.

Diretores:

Max Xavier Lins
Diretor Presidente

Raffaele Enrico Grandi
Diretor de Administração, Finanças, Controle e Relações com Investidores

Rosario Zaccaria
Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes

Marcia Massotti de Carvalho
Diretora de Sustentabilidade

Flavia da Silva Baraúna
Diretora de Serviços

Janaina Savino Vilella Carro
Diretora de Comunicação

José Nunes de Almeida Neto
Diretor de Relações Institucionais

Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretora de Regulação

Marcia Sandra Roque Vieira Silva
Diretora de Mercado

Margot Frota Cohn Pires
Diretora de Compras